

Com aval do “mito”, alta chega a 24,9%

Governo promove mega aumento de gasolina e diesel

Ipespe: Lula mantém 43%, Bolsonaro vai a 28%; Moro e Doria têm 8%

Pesquisa Ipespe de intenções de voto nas eleições, divulgada na sexta-feira (11), mostra que o ex-presidente Lula vence o pleito com 43% das intenções de voto, o mesmo percentual da pesquisa passada. Jair Bolsonaro vem em segundo com 28%, dois pontos percentuais a mais em relação ao levantamento de duas semanas atrás. Moro oscilou de 7% a 8%, Doria manteve os 8% e Doria, 3%. Além de Lula, Bolsonaro perde no segundo turno para Moro e Doria. Empata com Moro. **Pág. 3**



Brasil é autossuficiente em petróleo, não precisa se render à especulação

Obedecendo à orientação do governo Bolsonaro de manter o desastroso atrelamento dos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha ao mercado internacional e ao dólar, a Petrobrás anunciou um mega aumento de 24,9% no preço do diesel e de 18,8% no preço da gasolina. Paulo Guedes tinha dito na quarta-feira (9) que o governo não iria controlar os preços e que quem defende isso era “maluco”. Bolsonaro se somou a Guedes e afirmou que não haveria mudança nenhuma na política de preços. Gás já é vendido a 150 reais. **Pág. 3**

China alerta que sanções à Rússia “arrastarão a economia mundial”

AFP



Rebelde contra a junta governista após o golpe de Maidan é feito prisioneiro na aldeia Chornukhine, Lugansk

Nazistas ucranianos tinham centro de tortura em Lugansk

Os soldados da República Popular de Lugansk encontraram, na aldeia Polovinkino, um centro de torturas e prisões mantido pelo grupo nazista ucraniano intitulado Batalhão Aidar, que integra

o Exército da Ucrânia. O local, que era uma antiga fábrica de salsichas, foi equipado com torres de vigia, postos de tiro e celas para execução de torturas. Todo o perímetro era fechado por cercas de

arame farpado, o que o tornou parecido com os campos de concentração construídos pela Alemanha nazista na 2ª Guerra Mundial. Junto com o centro de tortura, foram encontrados 30 mísseis anti-

tanques, um tanque e vários veículos. Nas paredes, além de suásticas, há repetidas inscrições do lema adotado pelos colaboracionistas das forças de ocupação hitleristas: “Glória à Ucrânia”. **P. 6**

O presidente chinês, Xi Jinping, realizou uma videoconferência com o presidente francês Emmanuel Macron e o chanceler alemão Olaf Scholz, em que afirmou a necessidade de estimular que Rússia e Ucrânia “mantenham o ímpeto das negociações, superem as dificuldades e continuem as conversações para alcançar resultados e paz”. Condenando a série de sanções adotadas pelos EUA e países da União Europeia contra a Rússia, Xi Jinping alertou que “terão impacto na estabilidade das cadeias financeiras, energéticas, de transporte e de suprimentos globais”. Ao fazê-lo, advertiu, “arrastarão a economia mundial, que está sob o pesado fardo da pandemia, e serão prejudiciais para todas as partes”. **Pág. 7**

Para Bolsonaro, a gasolina está barata no Brasil

Bolsonaro disse no sábado, em um evento do Instituto Conservador-Liberal, que o preço da gasolina no Brasil é um dos mais baratos do mundo. Além de mentira - o Brasil está 90º lugar, 89 países têm gasolina mais barata que a nossa - soa como um deboche da dificuldade dos brasileiros após o mega aumento. **Pág. 2**

“Aumento abusivo do combustível é um assalto de Jair ao povo”, diz Moro

“Estão roubando o povo brasileiro, estão roubando a todos nós”, denunciou Moro, ex-governador e presidente do PDT. Moro denunciou os aumentos abusivos da gasolina, do diesel e do gás de cozinha, autorizados por Bolsonaro na última quinta-feira (10). “Não há quem agente esses aumentos abusivos de preços”, disse Moro. **Página 3**

PT, PCdoB e PV firmam federação partidária; diálogo com PSB continua

Reunidos na quarta-feira (9), em Brasília, os dirigentes do PT, PCdoB e PV confirmaram a decisão de formarem uma federação partidária para a disputa eleitoral deste ano. As lideranças do PSB, presentes ao encontro, anunciaram que, por enquanto, não participarão da federação, reafirmando o apoio à candidatura de Lula, com a quase certa indicação de Alckmin a vice. **Página 3**



Artistas defendem índios e ambiente contra o “Pacote da Destruição”

Ato político reuniu figuras relevantes do mundo artístico e intelectual em Brasília e contou com a presença de Caetano Veloso, Daniela Mercury, Emicida, Duda Beat, entre outros, contra o chamado “Pacote da Destruição”. **Pág. 4**

Para Ildo, Europa sai perdendo se ficar caudatária dos EUA

Aumento dos combustíveis ameaça paralisar obras de infraestrutura no país

Com mais um aumento abusivo nos preços dos combustíveis, a Construção Civil já avalia a possibilidade de paralisar obras de terraplenagem em todo o país.

“Ninguém vai aguentar o aumento do preço”, criticou o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, ao afirmar à Folha de S. Paulo o agendamento de uma reunião para a próxima segunda-feira (14) com líderes do setor, para discutir as dificuldades que o setor está enfrentando com a disparada nos preços dos combustíveis.

Na sexta-feira (11) entrou em vigor os aumentos, liberados pelo governo Bolsonaro, nos preços médios do óleo diesel (alta de 24,9%) e da gasolina (alta de 18,8%) que é vendido pela Petrobrás para as distribuidoras.

“Há alguns anos, as obras pararam quando subiu demais o preço do asfalto. Tinha gente com 50% de custo no asfalto. E levou dois anos para convencer TCU e DNIT que precisava reajustar essas obras. Muita gente quebrou”, disse Carlos Martins.

Ocorre que obras de terraplenagem são dependentes do óleo diesel e do asfalto, outro insumo que é fornecido pela Petrobrás, cujo custo disparou no ano passado, fazendo com que os empreiteiros paralisassem as obras de infraestrutura e abrissem pedidos de renegociação de contratos com o poder público. Em maio de 2021, o aumento no preço do asfalto foi de 25%. Em agosto, foram mais 6%.

JUROS ALTOS INIBEM INVESTIMENTOS

A Câmara Brasileira da Indústria e Construção (CBIC) transmitiu nesta sexta-feira (11), em seu canal do Instagram, a live com a economista da entidade, Ieda Vasconcelos.

A economista destacou que já se observa aumento nos preços de importantes commodities (como petróleo e trigo, por exemplo). Além disso, aumentou-se a pressão sobre a inflação, que já estava em patamar elevado antes do início do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, e a preocupação com mais aumento de juros.

“O aumento das expectativas para a inflação geram preocupação com o avanço dos juros: a taxa de juros (Selic), que no início de 2021 estava em 2% e agora está em 10,75% vai provocar um menor dinamismo da atividade econômica nacional. Quanto maior a taxa, menor o ritmo dos investimentos produtivos. E são os segmentos produtivos, como a Construção Civil, que geram renda e emprego na economia”, disse Ieda Vasconcelos.

Além dos juros altos, a economista destacou a preocupação do setor com o avanço dos preços de importantes commodities como minério de ferro, alumínio e cobre. “Há quase dois anos o setor vem sofrendo com a forte elevação nos preços dos seus insumos. Esperávamos que em 2022 esse problema seria amenizado. Mas o cenário atual poderá provocar a continuidade de altas, o que certamente prejudicará o avanço das atividades do setor”.

Sobre os aumentos nos preços dos derivados do petróleo anunciados na quinta-feira (10), Ieda reforçou a expectativa do presidente da CBIC ao mencionar o impacto que o aumento do preço dos combustíveis gera nas obras de infraestrutura, como terraplenagem, que têm maior utilização de máquinas e equipamentos como tratores e caminhões. “O setor não conseguirá absorver aumentos tão elevados e, por isso, a preocupação aumenta, pois poderá acontecer até mesmo a paralisação de algumas obras”, afirmou.

Botijão de gás já é vendido a R\$ 150 na era Bolsonaro



Reajuste do gás de cozinha pegou distribuidores e consumidores de surpresa

Jair mente que gasolina brasileira “é uma das mais baratas do mundo”

Farsa do “mito” explica porque ele autoriza sempre mais aumentos de preços. Acha que está barato. Brasil, ao contrário, está em 90º lugar. Ou seja, 89 países têm gasolina mais barata que a nossa. É muito cinismo achar que pode falar o que bem entende. (Veja gráfico no site).

Bolsonaro não faz a menor cerimônia para mentir para a população brasileira. Disse nesta sábado, em um evento do Instituto Conservador-Liberal, que o preço da gasolina no Brasil é um dos mais baratos do mundo. Nada mais longe da verdade. O Brasil está em nonagésimo lugar em preços de gasolina, ou seja, 89 países têm gasolina mais barata do que a brasileira (veja nesta matéria no site tabela com o último levantamento feito pelo Global Petrol Prices).

Será que o capitão cloroquina acha que os brasileiros não vão checar o que ele diz? Que pode dizer o que bem entende? Das duas uma, ou ele não sabe quanto está custando o litro da gasolina, afinal, há muitos anos, desde que era deputado, vem mamando na gasolina bancada com dinheiro público, ou é cínico mesmo e está preparando o terreno para novos aumentos. Sim, porque, se ela é uma das “mais baratas do mundo”, na cabeça dele, tem espaço para mais aumentos.

É isso o que o “mito” insinuou na véspera, quando foi anunciado o aumento de 24,9% do diesel, de 18,8% da gasolina e 16,1% do gás de cozinha. Ele afirmou que não vai fazer nada contra esses abusos. “O Brasil tem que entender que quem define esse preço não é o presidente da República, é a Petrobrás com os seus diretores e seu conselho”, disse. Como Bolsonaro não vai mudar o atrelamento da gasolina ao

dólar e ao barril nas bolsas de especulação, isso significa que mais aumentos virão.

O litro da gasolina já chega a R\$ 7 em várias regiões do Brasil e no Acre já está sendo vendido a R\$ 11. Motoristas de aplicativos estão em desespero, a construção civil afirmou que muitas atividades, principalmente de terraplenagem, vão parar por causa dos aumentos do diesel e da gasolina, os caminhoneiros já estão protestando, as donas de casa já estão usando lenha para cozinhar e Bolsonaro diz que a gasolina está barata. “Uma das mais baratas do mundo”, diz.

O Brasil é autossuficiente em petróleo e tem capacidade de refinar os derivados. Só não o faz porque o governo está sabotando e vendendo as refinarias brasileiras. Bolsonaro vendeu a Refinaria Landulpho Alves-Mataripe (RLAM), da Bahia, uma das maiores do país, que tem capacidade de refinar mais de 300 mil barris por dia, para um fundo árabe. Este fundo agora está cobrando preços ainda maiores pela gasolina e o diesel e ameaça exportar seus produtos se a Petrobrás baixar os preços internos.

Como os aumentos estão desgastando o governo, Bolsonaro, que só pensa em reeleição, faz muito jogo de cena. Acusa os governadores pelos aumentos, diz que a culpa é do ICMS, diz que o problema é mundial, etc. Mais mentiras. A Petrobrás poderia vender seus produtos muito mais baratos. Isto porque tem bastante petróleo no Brasil e o custo de produção dos derivados é baixo. Só não vende barato porque o governo defende os interesses dos importadores de combustíveis e dos acionistas da Petrobrás, que querem preços altos para embolsar os superlucros obtidos com esses preços.

O engenheiro Paulo César Lima, que foi funcionário da Petrobrás, fez um estudo na época da greve dos caminhoneiros mostrando que o litro de diesel custa para a Petrobrás entre R\$ 0,92 e R\$ 0,93, e estava sendo vendido por R\$ 2,30. Então, o lucro, segundo o estudo, era superior a 150%. Os importadores e os acionistas não deixam a Petrobrás baixar os preços porque, enquanto a população está sofrendo com os preços altos, eles estão ganhando muito dinheiro.

É um crime o que Bolsonaro está fazendo com a população brasileira. Os preços não param de subir, a economia está dando sinais de alerta de que o país pode parar por causa dos preços dos combustíveis e ele diz que a gasolina está barata. É de um cinismo sem precedentes. Nunca se viu um governo tão distante dos problemas do povo. Não foi por acaso que ele disse, na semana passada, que gostaria de largar tudo e ficar na praia pescando. A verdade é que ele não tem a menor condição de continuar à frente do governo.

A decisão de atrelar os preços internos ao dólar e ao barril nas bolsas é de Bolsonaro. É uma decisão que seu governo mantém. A venda das refinarias para grupos estrangeiros, que aumentam ainda mais os preços, é uma decisão dele, do governo e de mais ninguém. Portanto, se depender de Bolsonaro, vai ficar tudo como está e os aumentos da gasolina vão continuar. Por isso ele diz que a gasolina está barata. Está achando tudo muito barato e quer mais aumentos. Seu ministro, Paulo Guedes, chegou a dizer esta semana que o povo reclama de barriga cheia e que os brasileiros, vejam só, “têm dois iPhones cada um”.

Mínimo já não compra nem metade da cesta básica

Em fevereiro, o trabalhador comprometeu, em média, 56,11% do rendimento para adquirir alimentos básicos, como feijão, café, batata, óleo de soja e carne bovina, aponta Dieese. Custo da cesta de alimentos subiu em todas as capitais pesquisadas

Quando se compara o custo da cesta básica e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto de 7,5% referente à Previdência Social, verifica-se que o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu em média, em fevereiro de 2022, 56,11% do rendimento para adquirir alimentos básicos, como feijão, café, batata, óleo de soja e carne bovina, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e

Estudos Socioeconômicos).

Esse percentual que pesa bastante no bolso do brasileiro é maior do que em janeiro, quando atingiu 55,20%. Em fevereiro de 2021, quando o salário mínimo era de R\$ 1.100,00, o percentual ficou em 54,23%.

De acordo com o levantamento mensal do Dieese, divulgado no dia 9 de março, o valor da cesta básica em fevereiro, na comparação com o mês anterior, aumentou em todas as 17 capitais pesquisadas. Do mesmo modo, também aumentou frente a fevereiro de 2021.

As altas mais expressivas em fevereiro ocorreram em Porto Alegre (3,40%), Campo Grande (2,78%), Goiânia (2,59%) e Curitiba (2,57%).

Na capital paulista, a cesta apresentou o maior custo (R\$ 715,65). Comparada ao salário mínimo, o trabalhador paulistano comprometeu 63,83% de seu salário, que vê reajuste acima da inflação, e muitas vezes nem isso, e é corroído também pelas altas nas contas de luz, água, gás de cozinha, aluguel e combustível.

Tiveram altas expressivas também as cestas em Florianópolis (R\$ 707,56), Rio de Janeiro (R\$ 697,37), Porto Alegre (R\$ 695,91) e Vitória (R\$ 682,54).

Nas regiões do Norte e Nordeste, onde a composição da cesta é diferente das demais capitais, os valores médios foram registrados em Aracaju (R\$ 516,82), Recife (R\$ 549,20) e João Pessoa (R\$ 549,33).

“Hoje, a gente vende o gás parcelado, em seis vezes, ou em até dez vezes no cartão. É absurdo, uma coisa que você tem que usar de 30 em 30 dias”, afirma Robson Carneiro dos Santos, presidente do Sergás

O reajuste “bomba” de 16,1% no preço do gás liquefeito de petróleo (GLP), popularmente comercializado no botijão de gás de 13 kg, já foi repassado aos consumidores: o seu preço médio, que de acordo com a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro não passaria de R\$ 35, já alcança R\$ 150 em boa parte do país.

Anunciado pela Petrobrás com o aval do governo na quinta-feira (10), o reajuste pegou distribuidores e consumidores de surpresa. Além do gás de cozinha, também foram anunciados mega-aumentos de 18,8% no preço da gasolina e de 24,9% no óleo diesel.

De acordo com o Sindicato das Empresas Revendedoras de Gás (Sergás), com o novo preço, distribuidores passaram a parcelar o valor do botijão em até 10 vezes no cartão de crédito para continuar vendendo.

“Estamos nos reinventando. Hoje, a gente vende o gás parcelado, em seis vezes, ou em até dez vezes no cartão. É absurdo, uma coisa que você tem que usar de 30 em 30 dias”, afirma Robson Carneiro dos Santos, presidente da entidade.

Levantamento de preços feito pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) mostra que o valor médio do botijão de gás no país era de 102,42 na semana de 6 a 12 de março, chegando a R\$ 140 em algumas regiões. Após o reajuste, o valor médio encontrado é de

R\$ 150, sendo de até R\$ 180 a depender do local.

A entidade de distribuidores diz que, além do aumento do GLP, o reajuste de outros combustíveis também encarece o botijão, a medida que os custos para distribuição e entrega do produto também aumentam.

O mesmo governo que prometeu gás a R\$ 35, promoveu sucessivos aumentos no preço do botijão de gás ao longo de 2020 e 2021. Segunda a Petrobrás, o reajuste “acompanha as cotações do mercado internacional de petróleo”. De acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o gás acumula alta de 27,63% em 12 meses até fevereiro.

Para a Folha de São Paulo, a Sergás informou que, com base em 9.800 revendas de gás que representa do Estado de São Paulo, concluiu que com os sucessivos aumentos de preços houve queda de 25% no consumo de gás de cozinha no último ano.

Nas residências, em especial das famílias de baixa renda, a consequência são os brasileiros voltando a cozinhar a lenha porque precisam escolher se compram gás ou comida. Na outra ponta, bares e restaurantes ainda se recuperando da pandemia também foram pegos de surpresa e devem repassar o aumento dos custos para os consumidores em breve, afirma a Abrasel-SP (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes).

‘Projeto aprovado no Senado sangra cofres públicos e beneficia petroleiras’, diz Lima

O Senado aprovou no último dia 10 o texto base do substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.472/2021 e o PLP 11/2020, que modificam a tributação dos derivados de petróleo, particularmente a cobrança do ICMS, e criam a Conta de Estabilização dos Preços dos combustíveis (CEP), um fundo que teria o objetivo de fazer frente à variação intensa dos preços dos produtos.

A “conta de estabilização” receberá recursos de participações do governo relativas ao setor de petróleo e gás destinadas à União, resultantes da concessão e da comercialização do excedente em óleo no regime de partilha de produção, ressalvadas as parcelas já vinculadas a determinadas áreas; dividendos (lucros distribuídos a acionistas) da Petrobrás pagos à União; receitas públicas geradas com a evolução das cotações internacionais do petróleo bruto, desde que haja previsão em lei específica e parcelas de superávits financeiros extraordinários.

Em síntese, os recursos para o subsídio às distribuidoras virão basicamente dos ganhos de participações da União na produção e comercialização de petróleo e dos dividendos da Petrobrás destinados à União. Os dividendos dos acionistas, que acabam de receber R\$ 101 bilhões, nada. Ou seja, o dinheiro só sai dos cofres públicos. Nenhum tostão será cobrado das petroleiras que estão ganhando bilhões com a exportação do petróleo do pré-sal.

Para o ex-consultor legislativo do Senado, e ex-funcionário da Petrobrás, Paulo Cesar Lima, “os termos da proposição aprovada caminha para ser uma simples transferência de recursos públicos para mãos privadas”. “Se fosse senador, votaria pela rejeição. A boa proposta do senador Rogério Carvalho (PT-SE) foi mutilada”, denunciou o especialista. A proposta original, de autoria de Carvalho, previa a

criação da “conta de estabilização” com recursos vindos de um imposto de exportação de petróleo bruto.

Segundo o especialista, as petroleiras não pagam imposto de exportação de petróleo e obtêm um ganho muito alto com suas operações. O relator do projeto, senador Jean Paulo Prates (PT-RN), inicialmente manteve a taxação das exportações como principal fonte da conta de estabilização. No entanto, diante das pressões dos grupos de interesse, ele voltou atrás e retirou o imposto do substitutivo.

“O Substitutivo ao PL 1472 aprovado no Senado garante a paridade internacional com recursos públicos. Até os dividendos da União voltam para as empresas. Até os custos de importação podem ser garantidos com recursos públicos. Seria o PPI com recursos públicos como a MP do Temer na greve dos caminhoneiros? Só que agora, os subsídios com recursos públicos serão muito maiores”, acrescentou Lima.

PETROLEIRAS VÃO CONTINUAR NADANDO EM DINHEIRO

Desfigurada, a proposta se transformou num mecanismo de desvio de recursos públicos para subsidiar empresas privadas. “É dos lucros extraordinários que vem a solução, não dos recursos públicos extraordinários”, disse Paulo Cesar, ao argumentar que a estabilização dos preços não pode significar desvios de recursos públicos para subsidiar grupos privados. “As petroleiras exportadoras vão continuar nadando em dinheiro”, denunciou.

“Os recursos públicos extraordinários são muito menores que os lucros extraordinários. Este substitutivo é muito ruim”, avaliou o ex-consultor legislativo.

SÉRGIO CRUZ
(Continua no site)

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Com aval do “mito”, diesel sobe 24,9% e gasolina aumenta 18,8%



Bolsonaro faz jogo de cena mas mantém os preços dolarizados



PT, PCdoB e PV confirmam federação partidária; diálogo com PSB continua

Reunidos no final da tarde desta quarta-feira (9), em Brasília, os dirigentes do PT, PCdoB e PV confirmaram a decisão de formarem uma federação partidária para a disputa eleitoral deste ano.

As lideranças do PSB, presentes ao encontro, anunciaram que, por enquanto, não participarão da federação, reafirmando o apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, com a quase certa indicação de Geraldo Alckmin como vice-presidente na chapa que deverá ser encabeçada pelo ex-presidente.

Ao final do encontro, os quatro partidos emitiram uma nota em que afirmam ter “unidade na construção de uma frente para enfrentar Bolsonaro e reconstruir o Brasil, unidos na candidatura Lula presidente”.

As agremiações acrescentam, na mesma nota, que “estamos convictos que esta decisão é um marco histórico e um passo decisivo para trilharmos a vitória eleitoral nas elei-

ções de 2022 e construir uma nova maioria para devolver a esperança ao nosso povo”.

A nota conclui afirmando que, “em resposta ao atual momento político, o PT, o PCdoB e o PV decidem caminhar para constituir a federação e continuarão dialogando com o PSB em busca de sua participação, bem como o envolvimento de outras legendas de nosso campo”.

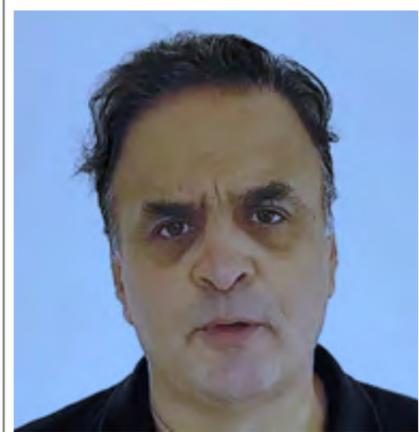
O presidente do PSB, Carlos Siqueira, voltou a apresentar as dificuldades de integrar a federação em razão da inexistência de acordos políticos e eleitorais em alguns estados importantes para os socialistas, o que, segundo ele, não impedirá uma aliança com o PT na disputa presidencial.

O PSB apresentou algumas condições para participar da federação. Segundo Siqueira, além dos deputados federais eleitos, o número de prefeitos e vereadores eleitos em 2020 deve ser considerado como

critério na composição da assembleia geral dos partidos que integram o colégio, o que, na prática, inviabiliza a participação dos socialistas em razão da resistência dos outros partidos a esse e a outros critérios.

A presidenta nacional do PCdoB e vice-governadora de Pernambuco, Luciana Santos, escreveu em seu Twitter sobre o resultado do encontro: “Um dia pra entrar na história: PCdoB, PT e PV decidiram formar uma federação! Continuaremos a dialogar com o PSB, para que tenhamos também sua participação”. Luciana acrescentou que “os quatro partidos estarão juntos de qualquer forma – unidos para derrotar Bolsonaro e reconstruir o Brasil, de mãos dadas para devolver a esperança para nosso povo!”.

A presidenta nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann, presente à reunião, manifestou-se na mesma direção, assim como os representantes do PV.



Deputado federal Aécio Neves

Para juiz, propina de Aécio “não existe no mundo fenomênico”

O deputado federal Aécio Neves (PSDB) foi absolvido pela Justiça Federal de São Paulo, na quinta-feira (10), da acusação de recebimento de R\$ 2 milhões em propina de Joesley Batista, da J&F. O Ministério Público Federal (MPF) protocolou denúncia em 2017, mas a alegação foi considerada “improcedente”.

Andrea Neves, irmã de Aécio, Frederico Pacheco de Medeiros, primo do deputado, e o ex-assessor parlamentar Mendherson Souza Lima também foram absolvidos.

O Ministério Público Federal já afirmou que vai recorrer da decisão na segunda instância.

Num áudio apresentado na época, Aécio Neves (PSDB-MG) e o empresário Joesley Batista, dono da JBS, acertam o pagamento de R\$ 2 milhões para pagar advogados que defendem o tuco. Ali Mazloum também aceitou a argumentação da defesa de Aécio e de sua irmã de que havia uma negociação anterior com Joesley, lícita, acerca da venda de um apartamento no Rio para o empresário por R\$ 18 milhões. O valor de R\$ 2 milhões seria ligado ao negócio.

“Sempre consideramos esse valor como adiantamento ou empréstimo, sempre circunstancial”, disse Aécio, no processo.

O juiz do caso aceitou essa versão. “Ao contrário do que diz a denúncia, no sentido de que havia um histórico de propina entre eles (verdade fosse, certamente haveria outras denúncias a respeito), o que realmente existia – demonstrou a instrução criminal – era um histórico de negócios lícitos”, diz um trecho da decisão.

Segundo a denúncia do Ministério Público Federal (MPF), entre fevereiro e maio de 2017, quando Aécio Neves era senador, ele e Andrea Neves solicitaram R\$ 2 milhões a Joesley Batista. Aécio foi flagrado negociando a propina. A denúncia contra Aécio continha também diálogo gravado por Joesley, no qual o parlamentar afirma que o dinheiro precisaria ser recebido por alguém que “a gente mate antes de fazer delação”.

A Polícia Federal, à época, acompanhou a entrega de parcelas da quantia a um primo do tuco por um executivo da JBS, no que foi uma das principais provas do processo. Na sentença expedida nesta quinta-feira (10), o juiz federal Ali Mazloum, da 7ª Vara Federal de São Paulo, afirma:

“O ato de transportar dinheiro não configura delito algum. Integra, no máximo, a fase de exaurimento do suposto delito de corrupção. Constitui-se em post factum [fato posterior] impunível, vez que já teria ocorrido a lesividade ao bem jurídico”.

Leia mais no HP: <https://horadopovo.com.br/para-juiz-propina-de-aecio-nao-existe-no-mundo-fenomênico/>

“Aumento abusivo da gasolina é um roubo de Bolsonaro contra a população”, diz Ciro

O ex-governador Ciro Gomes, presidente do PDT, denunciou os aumentos abusivos da gasolina, do diesel e do gás de cozinha, autorizados por Bolsonaro na última quinta-feira (10), que entraram em vigor um dia depois. “Não há quem agente esses aumentos abusivos de preços”, disse Ciro.

“Há muito tempo eu venho denunciando essa política de preços, que cobra caro dos brasileiros e transfere todo o abusivo lucro da empresa para meia dúzia de barões”, acrescentou o ex-governador.

A política criticada por Ciro atrela o preço dos combustíveis vendidos internamente à variação do dólar e ao preço do barril de petróleo nas bolsas internacionais. Ela só interessa aos acionistas da Petrobrás, na maioria

estrangeiros, e aos importadores de derivados.

Bolsonaro está insistindo em mantê-la para atender a esses grupos econômicos e está provocando uma explosão nos preços da gasolina, diesel e gás de cozinha.

Ciro destacou que “enquanto a população está tendo que cortar na carne, no pão, no leite dos seus filhos, o presidente da Petrobrás receberá agora de Bolsonaro um bônus de quase dois milhões de reais”.

“Saibam caminhoneiros, motoboys, taxistas, motoristas de aplicativos, que, enquanto vocês estão avaliando se é possível continuar rodando, trabalhando com esse preço abusivo, a direção da Petrobrás deu mais de R\$ 100 bilhões para poucos acionistas. Estão roubando”, sentenciou.

Com mega aumento, governo prefere arrancar o couro do brasileiro, mesmo o país sendo autossuficiente em petróleo. Na véspera, Guedes chamou de “maluco” quem queria controlar os preços. Bolsonaro, por sua vez, afirmou que está de saco cheio e quer ir à praia passear de jet ski

Obedecendo à orientação do governo Bolsonaro de manter o desastroso atrelamento dos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha ao mercado internacional e ao dólar, a Petrobrás acaba de anunciar um aumento de 24,9% no preço do diesel e de 18,8% no preço da gasolina.

Paulo Guedes tinha dito na quarta-feira (9) que o governo não iria controlar os preços e que quem defende isso era “maluco”. Bolsonaro se somou a Guedes e afirmou que não haveria mudança nenhuma na política de preços. Prevendo mais desgaste, voltou a tentar culpar o ICMS pelos aumentos.

Os governadores já haviam desmoralizado esta afirmação ao congelarem o ICMS por 120 dias e mostrarem ao país que os aumentos da Petrobrás não pararam.

Para o GLP (gás de cozinha), o preço médio de venda para as distribuidoras foi reajustado em 16,1%, e passará de R\$ 3,86 para R\$ 4,48 por kg, equivalente a R\$ 58,21 por 13kg. Bolsonaro, que na campanha, prometia o botijão de gás a R\$ 35, hoje não consegue explicar por que ele está custando mais de R\$ 130 em várias regiões do país.

A partir desta sexta-feira (11), portanto, o preço médio de venda da gasolina para as distribuidoras do país passará de R\$ 3,25 para R\$ 3,86 por litro e o diesel de R\$ 3,61 para R\$ 4,51 por litro. O fato do governo ter mantido essa política de preços já havia provocado um aumento de 47% em média nos preços dos combustíveis no ano passado. Agora, com o embargo dos EUA ao petróleo russo, os preços tendem a subir

ainda mais. Mantendo a política do governo, a estatal tenta justificar o aumento. “Esses valores refletem parte da elevação dos patamares internacionais de preços de petróleo, impactados pela oferta limitada frente a demanda mundial por energia. Mantemos nosso monitoramento contínuo do mercado nesse momento desafiador e de alta volatilidade”, disse a empresa.

Desde a administração de Aécio Neves em 2015, a Petrobrás passou a adotar para suas refinarias uma política de preços que se orienta pelas flutuações do preço do barril de petróleo no mercado internacional e pelo câmbio. Depois, em 2016, no governo Temer, essa política foi oficializada. Com o desgaste provocado pelos seguidos aumentos de preços que já ocorreram, e vão seguir ocorrendo, Jair Bolsonaro, tentou fazer encenações de que poderia intervir.

Era pura encenação porque Paulo Guedes logo deixou claro que os aumentos vão continuar. E continuaram mesmo com os anúncios feitos nesta quinta-feira. Os lobistas das multinacionais, que estão exportando derivados para o Brasil – com a sabotagem do governo às suas refinarias, o país está comprando 500 mil barris de derivados por dia, iniciaram uma pressão pelos aumentos. A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) conseguiu impor o seu índice de reajuste já que dizia que os valores médios de diesel e gasolina da Petrobrás nas refinarias tinham atingido 25% de defasagem ante a paridade de importação.

“Bolsonaro impôs mudança no ICMS para seguir aumentando gasolina”, denunciam estados

Mesmo com os estados comprovando cabalmente que a culpa pelos aumentos de preços de combustíveis não é do ICMS, mas sim da política de preços do governo federal, que insiste em manter o atrelamento da gasolina e do diesel ao dólar e ao barril de petróleo, Bolsonaro sancionou o projeto que altera a cobrança do imposto estadual. Fez isso no dia seguinte do anúncio pela Petrobrás, de um aumento criminoso de 24,9% no diesel e 18,8% na gasolina.

RECURSOS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO

Os governadores afirmam que não vão aceitar que os recursos da Saúde, da Educação e Segurança – que é para onde vai o ICMS – sejam reduzidos para alimentar a “jogatina” de lucros das petroleiras. “Não vamos aceitar tirar dinheiro do povo, pois dinheiro público é do nosso povo, para mandar para a jogatina da especulação e lucros como dos R\$ 103 bilhões da Petrobrás distribuídos para aplicadores, do povo pobre para bolso dos mais ricos”, afirmou Wellington Dias, governador do Piauí e presidente do Fórum Nacional dos Governadores.

“Queremos ajudar a baixar o preço, e não podem mais botar a culpa no ICMS”, disse o governador do Piauí, Wellington Dias (PT). “Aceitamos tratar do ICMS no consumo na reforma tributária, onde está ICMS sobre combustíveis e também energia e outros. Mas com a responsabilidade de compensação de receitas.” Para seguir beneficiando os acionistas da Petrobrás, na maioria estrangeiros, e os importadores de derivados, que impõem os preços altos, o Planalto quer reduzir a arrecadação de impostos que financiam programas sociais e serviços à população.

Os chefes dos executivos estaduais já haviam demonstrado, com o congelamento do ICMS por três meses, que os aumentos não tinham nada a ver com o ICMS. A Petrobrás, mesmo com o ICMS congelado, seguiu aumentando os preços, o que desmoralizou o discurso de Bolsonaro. Mesmo esse último aumento, anunciado na quinta-feira (10), se deu sem que houvesse nenhuma alteração no ICMS. Ele foi determinado pela insistência do governo na dolarização dos preços dos combustíveis e em sua ligação com os preços internacionais, que estão subindo por conta do embargo anunciado pelos EUA ao petróleo russo.

Pelo texto do PLP 11, os estados deverão regulamentar a criação de uma alíquota única de ICMS sobre os combustíveis no âmbito do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária). Além disso, o texto prevê a mudança no modelo da alíquota, de um percentual sobre o valor (ad valorem) para um valor fixo sobre o litro (ad rem). A alíquota do ICMS já estava inalterada há cerca de dez anos. O que Bolsonaro quer é a cobrança do imposto desvinculado dos aumentos. Isso vai permitir que os aumentos prossigam e a arrecadação caia.

Junto com o PLP 11 foi aprovado o substitutivo do Projeto de Lei nº 1.472/2021, que tira mais recursos públicos – divididos e transferências que a União recebe da Petrobrás – para subsidiar as distribuidoras privadas. O subsídio se daria através de uma conta de estabilização com recursos públicos. Especialistas criticaram as fontes para a conta de estabilização. Deveria vir da taxação das exportações de petróleo que estão isentas.

Leia mais no HP: <https://horadopovo.com.br/bolsonaro-impôs-mudanca-no-icms-para-seguir-aumentando-gasolina-denunciam-estados/>

Ipespe: Lula mantém 43% e Bolsonaro vai a 28%. Ciro e Moro estão empatados com 8%

Pesquisa Ipespe de intenções de voto nas Eleições Gerais de 2022, divulgada nesta sexta-feira (11), mostra que o ex-presidente Lula vence o pleito com 43% das intenções de voto, o mesmo percentual da pesquisa passada. Jair Bolsonaro vem em segundo com 28%, dois pontos percentuais a mais em relação ao levantamento de duas semanas atrás.

Ciro Gomes oscilou de 7% a 8%, Moro manteve os 8% e Doria, 3%. Seguem ainda André Janones (1%), Eduardo Leite (1%) e Simone Tebet (1%). Luiz Felipe D’Ávila e Alessandro Vieira não chegaram a 1%. As variações ficaram todas dentro da margem de erro que é de 3,2 pontos percentuais.

Na pesquisa espontânea (quando o eleitor aponta seu candidato sem que nomes sejam apresentados pelo pesquisador), Lula oscilou de 35% para 36%, e Bolsonaro foi de 25% para 26% — é a terceira pesquisa consecutiva de oscilação positiva do presidente. Moro ficou com 5%, enquanto Ciro chegou a 4%. Doria

teve 1% das intenções de voto nesse cenário. Boulos e Felipe D’Ávila não chegaram a 1%. Brancos e nulos somaram 4% e o percentual de entrevistados que não sabem ou não responderam ficou em 24%.

BOLSONARO PERDE NO SEGUNDO TURNO

Nas simulações de segundo turno, a pesquisa mostra uma vantagem de 20 pontos percentuais para Lula (53%) contra Bolsonaro (33%). O ex-presidente também vence contra Moro (51% a 30%), contra Eduardo Leite (55% a 17%), contra Doria (53% a 18%) e contra Ciro (50% a 25%).

Já Bolsonaro perderia para Ciro no segundo turno, por 47% a 36%. Na disputa com Doria, o presidente teria 37% das intenções de voto contra 38% do governador de SP. Moro e Bolsonaro empatariam no segundo turno com 33%. Já contra Eduardo Leite, o presidente venceria no segundo tur-

no por 40% a 35%.

PANDEMIA E GUERRA

A avaliação negativa de Bolsonaro quando o assunto é a pandemia ficou em 54%, com redução de dois pontos – dentro da margem de erro – e a positiva subiu de 25% para 28%. Enquanto isso, a avaliação negativa em geral de Bolsonaro ficou em 52%, queda de um ponto. A avaliação positiva ficou em 27%, dois a mais em relação há duas semanas.

A pesquisa mostrou ainda que 97% dos brasileiros tomaram conhecimento do conflito entre Rússia e Ucrânia. O que chama a atenção é que apesar de grande parte da mídia atacar a Rússia, 62% acreditam que o Brasil não deve apoiar qualquer um dos lados. 56% acham que a Ucrânia tem razão. 48% acreditam que o posicionamento de Bolsonaro no conflito está parcialmente ou completamente errado ante 42% que acreditam que está parcialmente ou totalmente correto.

Protesto em Brasília repudia PL da mineração nas terras indígenas

Ato Pela Terra reuniu figuras do mundo artístico e intelectual em Brasília e contou com a presença de Caetano Veloso, Daniela Mercury, Emicida, Duda Beat, entre outros

Vários artistas marcaram presença no “Ato Pela Terra”. Tratou-se de audiência pública que ocorreu na tarde desta quarta-feira (9), em Brasília, com a proposta de sensibilizar e conscientizar a população e, principalmente, o Congresso Nacional, sobre os cuidados com a preservação do meio ambiente.

A manifestação, convocada por Caetano Veloso, denunciou o chamado “Pacote da Destruição”, conjunto de projeto de lei que flexibiliza a entrada de agrotóxicos, desmatamento e garimpo em terras indígenas.

O encontro ocorreu com o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com a ministra do STF (Supremo Tribunal Federal), Carmem Lúcia. No evento foi entregue documento assinado por vários artistas.

Além de Caetano, artistas como Daniela Mercury, Emicida, Nando Reis, Maria Gadú, Bela Gil, Malu Mader, Rafa Kalimann, Elisa Lucinda, Duda Beat, Criolo, Paola Carosella, Letícia Sabatella, Christiane Torloni, Cissa Guimarães, Paula Lavigne, Lázaro Ramos, Alessandra Negrini, Mariana Ximenez, Maria Paulo, Seu Jorge, Paula Burlamaqui, Maria Ribeiro, Zezé Polessa e muitos outros marcaram presença no ato.

REGIME DE URGÊNCIA
O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou no início da noite desta quarta-feira (9), que o plenário da Casa que deve votar ainda hoje requerimento do líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR), que pede a tramitação em regime de urgência do PL 191/20, sobre a mineração em terras indígenas.

A proposta vai ser analisada por grupo de trabalho e só vai ser incluída na pauta da segunda semana de abril. A decisão, segundo ele, é parte de acordo entre líderes da base e da oposição.

“Como nós não temos as comissões instaladas, vamos autorizar a formação de um grupo de trabalho com, em tese, 20 deputados — na proporção de 13 deputados da maioria e 7 da minoria — com prazo acertado entre os líderes de 30 dias para que o projeto venha ao plenário na primeira quinzena de abril”, disse.

“Esta presidência não tem compromisso com o que está escrito no PL 191/20”, afirmou. Entretanto, confirmou a votação do requerimento de urgência para a matéria ainda na sessão de hoje, ressaltando que isso não inviabilizará a atuação do grupo de trabalho.

“PACOTE DA DESTRUIÇÃO”

O “pacote” é composto por vários projetos de lei, contra os quais o movimento protestou, na Esplanada, tem sido chamado por ambientalistas e ativistas de “pacote da destruição”. Na lista, por exemplo, está o PL (Projeto de Lei) 191/20, que modifica a atual legislação e legaliza a exploração mineral de terras indígenas na Amazônia. O que tem mobilizado o segmento artístico contra a demanda no Congresso.

Ao final do discurso, Caetano Veloso cantou a música “Terra”, do repertório dele, no Salão Negro do Congresso Nacional. Na reunião, foram debatidas as questões da preservação dessas áreas. O ato ainda contou com presença de vários parlamentares e ambientalistas.

“No dia de hoje, unimos um número expressivo de artistas em torno da causa ambiental. A simples falta de nos recebermos aqui mostra sua preocupação com o meio ambiente. Recentemente, o desequilíbrio climático causou diversas enchentes em Minas, na minha querida Bahia e em Petrópolis no Rio de Janeiro”, destacou Caetano.

“Uma série de projetos de lei podem tornar essa situação ainda mais grave se aprovadas. Poderão facilitar o desmatamento e a mineração em terras indígenas e desprotegeram a floresta contra grilagem e os criminosos”, acrescentou o cantor e compositor.

Por meio das redes sociais, Caetano explicou a importância de apoiar o evento. “Esperamos que a luz lançada no Senado possa levar a resultados práticos. O presidente da Câmara tem dado mostras de fazer passar toda a desastrosa permissividade que o atual governo propõe”, disse.

SOCIEDADE CIVIL NÃO CONCORDA COM PROJETOS

A cantora Daniela Mercury também discursou no ato e pediu uma salva de palmas a Caetano Veloso pela iniciativa dele. “O presidente do meu País é Caetano Veloso”, escreveu, na legenda do vídeo no Instagram dela, ao

compartilhar vídeo da fala dela no Congresso.

“Estamos aqui para pedir o freio desses PL. Queremos a normalidade de nosso País e a paz. A gente quer a floresta de pé, gerando riqueza para o nosso povo brasileiro. E estamos aqui para dizer que a sociedade civil não concorda para que esses PL sigam à diante”.

CONTEÚDO DOS PROJETOS DE LEI
O chamado “pacote da destruição” é composto por seis projetos de lei em discussão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Entenda o conteúdo de cada proposição:

PL 2.159/21: Licenciamento Ambiental. Pelo projeto, torna o licenciamento ambiental exceção, ao invés de ser a regra, e também permite o “licenciamento autodeclaratório”, que dispensa a verificação do relatório de descrição do empreendimento, além de expandir a lista de atividades que não precisam de licenciamento ambiental.

Apelidado de LGLA (Lei Geral do Licenciamento Ambiental) foi aprovado com alterações pelo Senado. Retornou à Câmara (PL 3.729/04). Na primeira fase, o texto que tramitou por 17 anos na Casa, busca simplificar e agilizar o processo licenciatório a partir da definição do marco legal.

PL 2.633/20 e PL 510/21: “PL da grilagem”. Ambos os projetos de lei estão relacionados e concedem anistia à grilagem de terras públicas. Apelidados de “PL da grilagem”, se aprovados, podem permitir, por exemplo, a regularização de áreas ilegalmente ocupadas. Além disso, propriedades de até 2,5 mil hectares poderão ser tituladas por meio de autodeclaração. O PL 2.633 foi aprovado na Câmara dos Deputados e pode ser pautado para votação no Senado, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. O PL 510 também está pronto para votação na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

PL 490/07: Marco Temporal das Terras Indígenas. Altera a demarcação das terras indígenas e permite, entre outras questões, a reintegração de posse pelo governo federal. Além disso, estabelece que a demarcação pode ser contestada em qualquer estágio do processo e estabelece o “marco temporal” para todas as demarcações de Terras Indígenas que não estivessem ocupadas até a Constituição de 1988. Isto é, a tese do chamado “marco temporal” estabelece que as populações indígenas só podem reivindicar terras que ocupavam na data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. Está pronto para votação no plenário da Câmara dos Deputados.

PL 191/20: Garimpo em terras indígenas. Autoriza a mineração e a construção de hidrelétricas em terras indígenas. O projeto valida ainda todos os requerimentos de exploração de minérios que tenham sido solicitados ou protocolados antes da lei, e ainda legaliza garimpos.

Garimpo é o nome que se dá à exploração, mineração ou extração, manual ou mecanizada, de substâncias minerais. Na região Norte do Brasil, a prática é comum e ocorre na maioria das vezes de forma ilegal e dentro de territórios indígenas. Apresentado pelo Executivo, o projeto aguarda a criação de comissão especial na Câmara de Deputados. Há previsão de o plenário da Casa votar o regime de urgência para apreciação do texto no plenário.

O ex-juiz Sergio Moro e presidencialista pelo Podemos é um dos autores do texto. Enquanto ocupou o cargo de ministro da Justiça na gestão de Bolsonaro (PL), Moro apoiou a aprovação do texto. O nome dele consta na assinatura do projeto encaminhado à Câmara pelo Executivo.

O projeto também foi assinado pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que segue no cargo. O almirante da reserva da Marinha é um dos entusiastas da matéria, que conta com o apoio de Bolsonaro e outros ministros do governo.

PL 6.299/02: Lei dos Agrotóxicos. Revoga a atual Lei de Agrotóxicos (7.802/89) e flexibiliza a aprovação e o uso de agrotóxicos no Brasil. Se aprovado, transfere o poder de decisão sobre o uso de novos agrotóxicos para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Dessa forma, órgãos como o Ibama e Anvisa, deixam de ser responsáveis pelo processo de avaliação e aprovação. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em fevereiro e voltou ao exame do Senado.

PL 6.299/02: Lei dos Agrotóxicos. Revoga a atual Lei de Agrotóxicos (7.802/89) e flexibiliza a aprovação e o uso de agrotóxicos no Brasil. Se aprovado, transfere o poder de decisão sobre o uso de novos agrotóxicos para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Dessa forma, órgãos como o Ibama e Anvisa, deixam de ser responsáveis pelo processo de avaliação e aprovação. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em fevereiro e voltou ao exame do Senado.

O projeto também foi assinado pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que segue no cargo. O almirante da reserva da Marinha é um dos entusiastas da matéria, que conta com o apoio de Bolsonaro e outros ministros do governo.

PL 6.299/02: Lei dos Agrotóxicos. Revoga a atual Lei de Agrotóxicos (7.802/89) e flexibiliza a aprovação e o uso de agrotóxicos no Brasil. Se aprovado, transfere o poder de decisão sobre o uso de novos agrotóxicos para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Dessa forma, órgãos como o Ibama e Anvisa, deixam de ser responsáveis pelo processo de avaliação e aprovação. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em fevereiro e voltou ao exame do Senado.

O projeto também foi assinado pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que segue no cargo. O almirante da reserva da Marinha é um dos entusiastas da matéria, que conta com o apoio de Bolsonaro e outros ministros do governo.



Manifestação denunciou o “Pacote da Destruição”, projetos que liberam agrotóxicos, desmatamento e garimpo em terras indígenas da Amazônia

Mineração em terras indígenas não possui base na Constituição, afirma Marina Silva

A ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), criticou o pacote de medidas sobre o meio ambiente que tramita no Congresso Nacional e denunciou que as propostas são inconstitucionais.

Segundo a ex-candidata à presidência, caso o pacote da destruição — como está sendo chamado o PL 191, seja aprovado, ele deverá ser judicializado.

“Eles [os projetos] são inconstitucionais e é legítimo que se busque o Supremo e que derrube esses projetos caso sejam aprovados. Porque eles não têm base na lei. Não tem base da constituição para ter mineração em terra indígena. Não tem base na Constituição para acabar com o licenciamento”, declarou a ex-ministra ao portal Poder360 durante o Ato Pela Terra, na quarta-feira (9).

A manifestação convocada por artistas e liderada por Caetano Veloso,



Marina Silva denuncia a “corrida do governo Bolsonaro para cumprir a agenda da boiada”

que lotou a frente do Congresso Nacional, pediu o fim do pacote que libera a mineração e o garimpo em terras indígenas e flexibilizam as regras de licenciamento ambiental.

“O que aconteceu na Câmara dos Deputados é um verdadeiro rolo compressor. O centrão, liderado pelo presidente [Arthur] Lira, tenta destruir a legislação

ambiental brasileira”, condenou Marina em referência à aprovação do pedido de urgência do projeto do governo federal.

Segundo ela, a expectativa é que os projetos saiam da pauta no Senado. “Os discursos em defesa do meio ambiente não podem ser só discurso”.

Justiça de Minas rejeita recurso da Vale e mantém indenização a trabalhadores mortos em Brumadinho

O Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais decidiu, nesta quarta-feira (9), manter o valor de R\$ 1 milhão da indenização por trabalhador morto no rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em janeiro de 2019, em Brumadinho, a 54 km de Belo Horizonte. A tragédia ocorreu em 25 de janeiro de 2019 matou 270 pessoas e 6 delas seguem desaparecidas.

A Vale havia apresentado recurso contra a decisão, em julho do ano passado, que foi negado pela 4ª Turma do TRT3. Segundo o argumento da mineradora privatizada, indenizar as vítimas seria um “absurdo”.

“Ainda que mantido o absurdo importe de R\$ 1 milhão por vítima, o valor da condenação há de ser re-

duzido para, no mínimo, R\$ 120 milhões. A manutenção do injustificado valor causa grave prejuízo à ré”, alegou a mineradora privatizada.

No pedido, a companhia pedia a exclusão dos trabalhadores que entraram com ação individual na Justiça, bem como daqueles que já tinham feito acordo judicial ou extrajudicial. A mineradora também questionava a padronização dos valores e queria a exclusão de 21 trabalhadores mortos que seriam terceirizados e não atuavam regularmente. Os pedidos foram negados.

Durante a votação, os desembargadores também negaram recurso do sindicato Metabase de Brumadinho, que pedia uma indenização maior, de R\$ 3 milhões, por trabalhador ou herdeiro.

Ao todo, 171 famílias de funcionários diretos da empresa serão beneficiados. Isso quer dizer que nesta ação, a Vale deve desembolsar em torno de R\$ 171 milhões.

O valor, porém é pífio perto do lucro da mineradora Vale. Apenas em 2021, o lucro líquido da mineradora somou US\$ 22,4 bilhões, uma alta de 360% em relação a 2020. A companhia considera os resultados em dólar como dados oficiais de seu balanço. Em reais, o lucro foi de R\$ 121,2 bilhões, com alta de 353% na comparação com 2020.

Além deste processo que corre na esfera trabalhista, a Vale ainda responde criminalmente em outros processos, ações públicas, individuais e coletivas.



Das 270 vítimas em Brumadinho, 171 eram funcionários da mineradora



Vereadora e o motorista Anderson foram executados por milicianos

Quatro anos após morte de Marielle, mandantes do assassinato ainda são desconhecidos

Nesta segunda-feira (14), o atentado que assassinou a vereadora Marielle Franco (PSOL) e o motorista Anderson Gomes completou quatro anos, sem que as investigações tenham revelado os mandantes do crime.

“Posso garantir que faz quatro anos que não tenho uma noite de paz na minha vida”, disse Mônica Benício (PSOL), a viúva de Marielle, em entrevista ao portal Metrôpolis.

Os ex-policiais Ronnie Lessa e Elcio Queiroz que foram presos em 2019 como executores do crime, mas a pergunta: Quem mandou matar Marielle Franco? Segue sem resposta.

“Não cogito a possibilidade de esse assassinato não ser elucidado. Mas é desanimador, cansativo e muito preocupante chegar ao marco de quatro anos sem a resposta de quem foi que mandou a Marielle e por quê”, ressaltou Mônica.

Segundo ela, que se elegeu vereadora no Rio de Janeiro em 2020, o objetivo agora é manter o legado da ex-companheira “para que Marielles possam florescer e viver suas vidas plenas e não as terem ceifadas por uma política machista”.

“Estou cansada de fazer reuniões protocolares, para instituições dizerem que estão trabalhando, mas que não podem me apresentar resultados. Quatro anos depois, o sentimento pra mim é que o governador Cláudio Castro é muito incompetente ou que há muita má-fé nisso”, desabafou.

Para marcar os quatro anos do assassinato da vereadora, a Anistia Internacional organizou um ato nesta segunda-feira, no Rio de Janeiro, chamando atenção para a impunidade em que permanece o crime.

A Anistia Internacional montou uma intervenção urbana com uma instalação com mais de dois metros de altura, em frente à Câmara dos Vereadores, no Centro do Rio de Janeiro. A instalação simula o processo judicial inconcluso até agora, destacando a falta de acesso das famílias das vítimas e seus advogados às informações.

O objetivo é que os pedestres possam “folhear o processo” e ler mensagens sobre a luta das famílias e das organizações da sociedade civil por justiça.

“Já se passaram quatro anos desde o assassinato. Cinco delegados se revezaram na investigação e até agora não responderam quem mandou matar Marielle, nem julgaram as duas pessoas que foram presas e acusadas de serem os autores do crime”, disse diretora-executiva da Anistia Internacional para o Brasil, Jurema Werneck.

Segundo a Anistia Internacional, as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos garantem aos familiares deste crime o acesso às investigações e sua participação em todas as etapas do processo, algo que as autoridades não cumpriram.

“Respeitar o sigilo não significa falta de transparência. A falta de justiça pela morte de um defensor de direitos humanos gera um efeito ameaçador contra outras pessoas que defendem a dignidade e a vida. E há consequências imediatas e de longo prazo para toda a sociedade”, afirmou Werneck.

Para marcar a data e cobrar das autoridades celeridade e transparência nas investigações, foi organizada uma série de ações e encontros ao longo do dia na cidade do Rio de Janeiro, além do ato organizado pela Anistia Internacional.

Pela manhã, os advogados das famílias da parlamentar e do motorista vão protocolar um mandado de segurança no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para que as informações dos autos de investigação sobre os mandantes do assassinato sejam compartilhadas.

“Entendemos que o Estado brasileiro tem a obrigação de fazer cumprir o direito das famílias das vítimas participarem de maneira formal e efetiva da investigação”, dizem o defensor público Fábio Amado, representante das famílias de Marielle e de Anderson, e a advogada Luciana Pivato e Giane Alvares, representantes de Mônica Benício, todos responsáveis pelo caso.

JULGAMENTO
Em março de 2020, a 4ª Vara Criminal do Juri do Rio de Janeiro decidiu que havia provas de culpa para que Lessa e Queiroz fossem julgados em júri popular, no chamado tribunal do júri, que não foi marcado até agora.

O policial reformado Ronnie Lessa e o ex-PM Elcio de Queiroz, acusados de envolvimento com milícia, executaram o crime. A investigação apontou que Lessa teria efetuado os disparos, enquanto Queiroz teria conduzido o veículo que seguiu Marielle.

Uma série de políticos do Rio de Janeiro figuraram como suspeitos de terem ordenado o assassinato, como o vereador Marcelo Siciliano (PHS), o ex-vereador Cristiano Girão e o ex-deputado Domingos Brazão, conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Todos negam qualquer envolvimento.

A possibilidade de ligação do presidente Jair Bolsonaro (PL) com o crime ainda é questionada. Além de um de seus vizinhos ter sido apontado como executor da vereadora (Ronnie Lessa), a família Bolsonaro tem ligações com outro nome que figurou entre suspeitos de envolvimento no crime, o ex-PM Adriano Magalhães da Nóbrega, um notório miliciano do Rio.

Líderes caminhoneiros reagem contra 'aumento absurdo dos combustíveis'



Dirigente dos caminhoneiros envia mensagem à categoria: "Inaceitável"



Damares cortou 67,3% do orçamento para políticas destinadas a mulheres

O governo Bolsonaro destinou o menor valor do orçamento desde o início de sua gestão para as políticas destinadas às mulheres em 2022. Segundo dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) divulgados na terça-feira (8), Dia Internacional da Mulher, os recursos somam R\$ 43,28 milhões, contra R\$ 61,40 milhões no ano passado; R\$ 71,95 milhões em 2019, e R\$ 132,57 milhões em 2020, sendo uma redução de 67,3% desde então.

Além disso, no ano passado, o ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos executou apenas metade do que foi autorizado pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em relação aos recursos destinados ao enfrentamento à violência contra a mulher, 2022 também terá o menor recurso dos últimos quatro anos, apenas R\$ 5,1 milhões.

O levantamento mostra exatamente o contrário do que afirmou a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, em pronunciamento em cadeia nacional, ontem. Segundo as palavras de Damares, que como o seu chefe e outros membros do governo federal não têm nenhum compromisso com a verdade, na gestão Bolsonaro as mulheres vêm tendo "conquistas históricas", e "investimentos como nunca foram feitos antes para priorizar o atendimento à população feminina".

De olho na eleição, a estratégia de Bolsonaro agora é tentar tirar o atraso na quase inexistente política de proteção à mulher feita até agora no seu governo, e corre para conquistar o voto feminino, que, como todos sabem, foi a parte do eleitorado que menos votou nele em 2018. Nesse sentido, ontem também foi lançado um programa do governo intitulado "Brasil pra elas, por elas, com elas", onde a ministra disse que a gestão de Bolsonaro é, de fato, "um governo cor de rosa", e que, "os meninos do governo, todos os ministros têm ações voltadas para mulheres".

Só que os números não mentem, e o levantamento também revela que dos R\$ 21 milhões autorizados para execução em investimentos na Casa da Mulher (centro de atendimento humanizado e especializado no atendimento à mulher em situação de violência doméstica) no ano passado, apenas R\$ 1 milhão foi utilizado pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

O governo "cor de rosa" também não aportou nada na Casa da Mulher em 2019 e, em 2020, foram utilizados apenas R\$ 308 mil dos R\$ 71 milhões autorizados no orçamento.

Os dados apontados pelo Inesc sobre aumento da violência contra a mulher, estupros e feminicídios nos dois últimos anos são alarmantes.

Segundo a pesquisa, feita a partir de boletins de ocorrência das polícias civis brasileiras, o país registra um feminicídio a cada seis horas. Só em 2020, 1.350 mulheres foram assas-

sinadas apenas por serem mulheres.

Os registros de boletins de ocorrência – e sabemos que muitos casos não chegam às autoridades – revelados na pesquisa do Inesc mostram que desde o início da pandemia, em 2020, 100.398 mulheres e meninas foram vítimas de violência sexual até 31 de dezembro de 2021. Os casos de estupro e estupro de vulnerável, quando a vítima tem menos de 14 anos, também cresceram em 18 dos 27 estados brasileiros.

"Os números alarmantes de violência contra a mulher são um retrato de um orçamento que não permite que os recursos federais cheguem aos Estados e municípios, ou quando chegam é com atraso e em quantidade insuficiente", diz Carmela Zigoni, assessora política do Inesc.

Os dados do Inesc também mostram que o recurso do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher, permaneceu estável em termos de volume orçamentário autorizado e executado.

"Isso significa que a porta de entrada da política pública de enfrentamento à violência segue funcionando, embora a ministra insista em desconfigurar o serviço, como foi o caso da nota técnica do ministério que recomendou que o canal recebesse denúncias de pessoas antívacinas. Felizmente, o STF [Superior Tribunal Federal] proibiu a medida estapafúrdia", diz Zigoni.



Indicado de Bolsonaro no STF tenta impedir revisão da vida toda a aposentados do INSS

Após todos os onze ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) apresentarem seus votos no julgamento da revisão da vida toda, concedendo aos aposentados o direito de pedirem na Justiça a inclusão de todas as suas contribuições ao INSS para o cálculo do benefício, o ministro Nunes Marques pediu destaque do plenário virtual para barrar a decisão já favorável aos aposentados.

Com a manobra do ministro, o julgamento, que estava 6 a 5 a favor dos aposentados, será reiniciado no plenário físico. Além disso, o voto do relator Marco Aurélio de Melo, a favor da revisão, de acordo com as regras do plenário virtual, não seria considerado.

A tramoiola do ministro indicado por Bolsonaro serve para dar a possibilidade do novo ministro, André Mendonça, ex-Advogado Geral da União (AGU) – também nomeado pelo presidente, votar e alterar o placar. Mas alguns ministros, que consideraram o destaque como uma tentativa de manipular o resultado do julgamento, articulam uma questão de ordem para manter o voto de Marco Aurélio, a favor dos aposentados.

O julgamento sobre a revisão da vida toda ocorre no Recurso Extraordinário (RE) 1.276.977, onde segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) buscam recalcular suas aposentadorias incluindo, na composição da média salarial, contribuições previdenciárias realizadas antes de julho de 1994. A discussão se deve a uma reforma na legislação previdenciária, 1999, que mudou as fórmulas de cálculo dos benefícios e definiu que, para pessoas que já contribuíam antes do Plano Real (1994) não teriam seus pagamentos considerados.

Em seu voto, o ministro relator – já aposentado –, Marco Aurélio de Melo, afirmou que não é legítima a imposição de regra de transição mais gravosa que a definitiva. "Desconsiderar os recolhimentos realizados antes da competência julho de 1994 contraria o direito ao melhor benefício e a expectativa do contribuinte, amparada no princípio da segurança jurídica, de ter levadas em conta, na composição do salário de benefício, as melhores contribuições de todo o período considerado", defendeu.

Para o relator, "na apuração do salário de benefício dos segurados que ingressaram no Regime Geral da Previdência Social até o dia anterior à publicação da Lei nº 9.876/1999 e implementaram os requisitos para aposentadoria na vigência do diploma, aplica-se a regra definitiva prevista no artigo 29, incisos I e II, da Lei nº 8.213/1991, quando mais favorável que a norma de transição".

Os ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia, Rosa Weber e Lewandowski acompanharam Marco Aurélio. Na última sexta-feira (4), o ministro Alexandre de Moraes havia desempateado o julgamento e votado a favor dos aposentados. Moraes acompanhou Marco Aurélio e definiu o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o assunto, afirmando que o seguro do INSS tem, diante de mudanças nas regras previdenciárias, o direito de optar pela regra que lhe seja mais favorável. Ou seja, uma vitória para os beneficiários e uma derrota para o governo.

Na contramão dos interesses dos aposentados, Nunes Marques argumentou que o recurso não deveria estar em discussão se não fosse um erro cometido pelo STJ (Supremo Tribunal de Justiça). Para sustentar sua tese, Marques afirmou que a Corte, ao acolher a tese da revisão da vida toda, de certa forma entendeu ser inconstitucional a regra de transição da Lei 9.876/1999. Porém, sustenta o ministro, a decisão foi proferida pela Primeira Seção do STJ, quando somente o Órgão Especial é quem poderia declarar uma norma inconstitucional.

O ministro votou, então, contra o relatório de Marco Aurélio e decidiu por defender o recurso apresentado pelo governo federal, através do INSS, e propôs a seguinte tese de repercussão geral: "É compatível com a Constituição Federal a regra disposta no caput do art. 3º da Lei 9.876/1999, que fixa o termo inicial do período básico de cálculo dos benefícios previdenciários em julho de 1994". Acompanharam Nunes Marques os ministros Dias Toffoli, Luís Barroso, Luiz Fux e Gilmar Mendes.

JUSTIÇA

Em 1999, o então governo FHC promulgou uma reforma previdenciária que criou duas fórmulas para apuração da média salarial sobre as quais devem ser calculadas as aposentadorias (Lei 9.876). De acordo com a lei, os trabalhadores que começaram a contribuir a partir de 27 de novembro de 1999, o cálculo da Previdência deveria ser sobre 80% dos recolhimentos mais altos desde o início das contribuições.

Para quem já era contribuinte, a nova legislação estabeleceu como regra de transição que o benefício deveria ser calculado a partir das contribuições realizadas a partir da implementação do Plano Real, julho de 1994. No entanto, algumas pessoas tiveram suas maiores contribuições antes de 1994 e receberam benefícios menores do que poderiam ter. Os segurados passaram a recorrer ao Judiciário para garantir uma revisão e incluir nos cálculos todo o período de contribuição do segurado. Dessa forma, beneficiária os segurados que tiveram as maiores contribuições antes do Plano Real.

Em 2019 – já sob o governo Bolsonaro – o STJ decidiu pela validade da "revisão da vida toda", autorizando que, quando fosse mais vantajosa ao trabalhador, os segurados teriam direito ao cálculo da média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo, e não só a partir do Plano Real.

"Aplica-se a regra definitiva prevista no art. 29, I e II da Lei 8.213/1991, na apuração do salário de benefício, quando mais favorável do que a regra de transição contida no art. 3º, da Lei 9.876/1999, aos Segurados que ingressaram no Regime Geral da Previdência Social até o dia anterior à publicação da Lei 9.876/1999", disse o STJ na decisão.

"O governo federal, através do INSS, recorreu ao STF por meio do recurso extraordinário que está sendo julgado agora.

Dirigentes da categoria repudiam política de paridade internacional praticada pela Petrobrás para reajuste dos preços no país

Líderes caminhoneiros se manifestaram contra o mega aumento dos preços dos combustíveis anunciado pela Petrobrás, com o aval do governo, nesta quinta-feira (10). O aumento anunciado foi de 24,9% no diesel e de 18,8% no preço da gasolina.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL) e do Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos de Ijuí-RS, Carlos Alberto Litti Dahmer, uma das lideranças dos caminhoneiros autônomos no país, afirmou que "nossa posição em relação a esse aumento abusivo nos preços dos combustíveis no Brasil é muito clara e não é de hoje. Ela vem desde o decreto que começou a dar o preço internacional do barril ao valor praticado aqui dentro do combustível do Brasil".

"Esse decreto-lei é ainda o responsável pelo chamado preço de paridade internacional (PPI) do barril de petróleo lá fora. E o responsável por esse absurdo nos preços atuais e dos que virão nos próximos dias", ressaltou Litti.

Wallace Landim, o Chorão, também líder da categoria, ressaltou que "a promessa de governo do presidente Jair Bolsonaro até agora não se cumpriu. E isso não é uma pauta só dos caminhoneiros. Estamos juntos com o povo para fazer o melhor para o nosso país. O Brasil vai parar automaticamente, porque não se tem mais condições de rodar", declarou ao portal Metrôpoles.

"É uma situação que prejudica não só os caminhoneiros, como também toda a população. Tudo que chega nas prateleiras dos mercados vai por caminhão", disse. "A Petrobrás, neste momento, precisa dar lucro? Qual é o papel da Petrobras? É uma empresa estratégica, mas estamos vendo uma Petrobras atendendo o mercado, os acionistas", afirmou.

Autônomos fazem paralisação de alerta contra aumento do diesel

Caminhoneiros já iniciaram reação ao aumento de 24,9% no diesel e 18,8% na gasolina anunciado pelo governo na quinta-feira (10), e decidiram iniciar uma paralisação nesta sexta-feira (11). As próprias transportadoras também aderiram ao movimento.

Segundo comunicado das entidades de caminhoneiros e empresas, "o reajuste do diesel inviabilizou o frete e as frotas ficarão paradas". No comunicado, as entidades explicam que por hoje, é uma paralisação técnica, sem bloqueios nas estradas.

"Não há condições de seguir trabalhando se nada for feito", afirmou o diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL), Carlos Alberto Litti Dahmer. Para o líder caminhoneiro, "não tem como ficar de braços cruzados, assistindo a um desmandado desse tipo", ainda por cima, "sendo o país autossuficiente em petróleo".

"Temos capacidade de extração, temos a riqueza, o refino, portanto, não temos que pagar esse preço absurdo, para engordar acionistas estrangeiros", afirmou Litti em fala à categoria. A Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava) também divulgou uma nota condenando "o desproporcional e abusivo aumento da Petrobrás nos combustíveis".

Para o presidente da entidade, Wallace Landim, o Chorão, "enquanto a política do Governo Federal manter o PPI (paridade com o mercado internacional), não adiantará retirar/diminuir impostos federais e o ICMS do combustível, continuaremos reféns do mercado financeiro com a variação do dólar somado ao preço do barril de petróleo e como consequência esfolaremos os brasileiros que não irão mais conseguir comprar nem gás de cozinha ou abastecer seu carro ou caminhão para trabalhar".

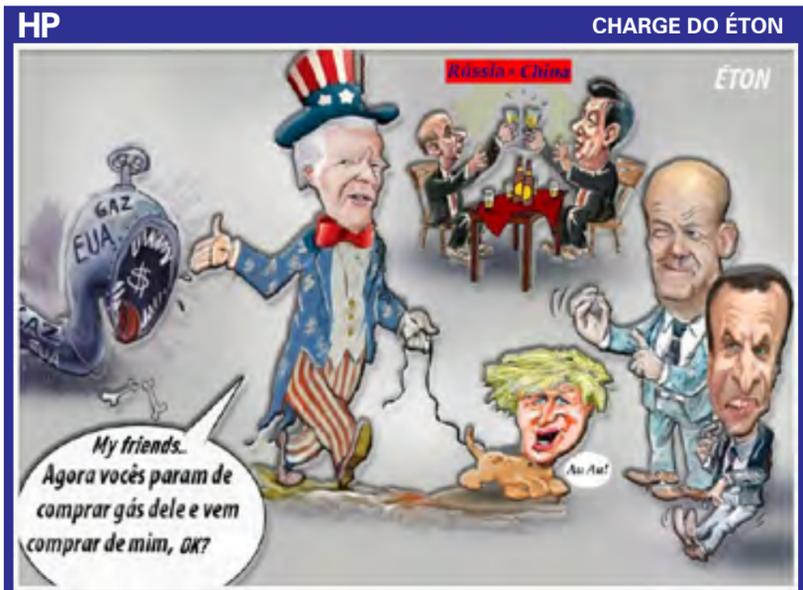
Wanderlei Alves, dirigente da categoria conhecido como Dedeco, afirmou que há paralisações do setor em pelo menos quatro estados (São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Pará) contra o aumento do da gasolina, diesel e gás.

Carlos Alberto Litti Dahmer conclamou os caminhoneiros a deixarem de lado as divergências políticas e "darem-se as mãos para sair do atoleiro" que esse aumento significa. "É uma questão de sobrevivência, não podemos aceitar isso caídos e ficarmos como boi manso. Temos que reagir, reagir e reagir", disse.

Neilson Jr/STF

Reprodução

Reprodução



Empossado, Boric promete 'recuperar a economia e reduzir desigualdade' no Chile

Gabriel Boric tomou posse na presidência do Chile, nesta sexta-feira (11), resgatando a nacionalização do cobre realizada por Salvador Allende, e prometendo dar prioridade a "pensões e aposentadorias dignas, garantir que os estudantes não se endividem mais e que os povos originários sejam reconhecidos" e defendeu a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

O novo mandatário defendeu que é necessário "recuperar nossa economia sem reproduzir suas desigualdades estruturais, com crescimento sustentável, nunca com zonas de sacrifício" e falou do papel do Estado e do incentivo às pequenas e médias empresas para a geração de emprego e renda.

Diante de uma multidão à frente do Palácio de la Moneda, em Santiago, o novo presidente ressaltou que "se escutam os ecos dos que se levantaram contra a opressão": "o povo chileno é protagonista deste processo e não estaríamos aqui sem a mobilização de vocês". E desta forma integrada e unitária, assinalou, que será nosso mandato, "e falo no plural, porque não se trata de algo individual, mas de um projeto coletivo", de construção de um "país que nos protege e acolhe".

Este compromisso com "quem habita a Pátria", apontou o presidente, veio da proximidade, com o contato direto com os chilenos e chilenas para que saibamos "repartir de forma justa, porque não há redistribuição de riqueza quando ela se concentra em uns poucos". Sem que Boric mencionasse o ex-presidente, a multidão levantou palavras de ordem contra Sebastián Piñera, que sai deixando um histórico de repressão com milhares de presos, mais de 400 manifestantes cegos e uma economia em frangalhos.

Conforme o novo mandatário ao longo da campanha foi ficando ainda mais clara a dura realidade em que se encontra mergulhado o Chile. "Vimos idosos cujas aposentadorias não lhes alcança para viver porque alguns decidiram fazer da Seguridade Social um negócio. Vimos famílias que não têm com o que pagar os tratamentos médicos dos seus doentes, estudantes endividados e camponeses encalacrados pela seca e pelo saque. Vimos famílias que seguem procurando os seus detidos e desaparecidos, pessoas que não deixaremos de buscar. Vimos povos originários despojados de sua terra, mas nunca de sua história", frisou.

E de forma clara apontou que o existente "não é um conflito mapuche, mas entre o Estado chileno e um povo que tem direito a existir". Diante de tamanho problema, assinalou, "a solução não é nem será a violência, mas diálogo, paz e direitos. Temos de reconstruir a confiança depois de tantas décadas de abuso e despojo".

Sobre o simbolismo do local em que discursava e onde o socialista Allende foi morto no golpe de Augusto Pinochet em 11 de setembro de 1973, Boric lembrou que "estas paredes foram testemunhas do horror de um passado de violência e opressão que não esqueçamos e não esqueceremos". "Por onde falamos hoje, ontem entravam foguetes e isso nunca mais pode voltar a se repetir na nossa história", enfatizou.

Boric remarcou o fato de o povo chileno ser "profundamente latino-americano", e da necessidade de reativar laços entre países vizinhos para "nunca se subordinar a nenhuma potência". E especificamente sobre a questão migratória, se comprometeu a trabalhar em conjunto para recuperar o controle das fronteiras, mas sem jamais esquecer que os migrantes "são seres humanos".

CONSTITUINTE

Em relação à Constituinte, o presidente empossado salientou que irá acompanhar "de forma entusiástica a este processo pelo qual tanto temos lutado". "Vamos apoiar decididamente o trabalho da Convenção. Precisamos uma Constituição que nos una, que sintamos como própria. Uma Constituição que diferentemente da que nos foi imposta a sangue, fogo e fraude pela ditadura, nasça em democracia de maneira paritária, com a participação dos povos indígenas. Uma Constituição que seja para o presente e para o futuro, que seja para todos e não para uns poucos", enfatizou. Para o mandatário, é necessário fazer do plebiscito "um ponto de encontro e não de divisão".

No encerramento de sua intervenção, aclamado pela multidão, Boric voltou a citar Allende, de seu exemplo e suas palavras: "Como previu há quase 50 anos Salvador Allende estamos de novo abrindo as grandes avenidas por onde passe o homem e a mulher livres para construir uma sociedade melhor. Seguimos. Viva Chile!".

Obrador diz que México é pacifista e, ao contrário da UE, não envia armas a Kiev

O líder presidente mexicano López Obrador defendeu sua posição em relação ao conflito iniciado na Ucrânia em 24 de fevereiro. "O México é um país pacifista que escolheu a não-violência e somos a favor do diálogo, não da guerra. Não enviamos armas para nenhum país sob nenhuma circunstância, como você [UE] está fazendo agora", afirmou o presidente ao rebater críticas ao México pelo seu posicionamento.

Diante das inúmeras sanções impostas pelos Estados Unidos e membros da União Europeia, contra a resposta da Rússia à militarização e nazificação ucranianas, Obrador reiterou que é contrário e não vai impor retaliações.

Para Obrador, ao buscarem responsabilizar recentemente o seu governo pelas ameaças e mortes de jornalistas, os eurodeputados aderiram "como ovelhas" à estratégia "reacioná-

ria" e à tentativa de "golpe" dos que são contra o seu projeto de desenvolvimento soberano.

O presidente mexicano disse ainda que "ninguém aqui é oprimido, a liberdade de expressão e o trabalho dos jornalistas são respeitados. O Estado não viola os direitos humanos, como fez o governo anterior, quando você, aliás, ficou calado", frisou o presidente.

O presidente havia acusado alguns repórteres por mentiram no mês passado, segundo a AP. Frente a isso, o Parlamento Europeu se pronunciou para que Obrador "se abstenha de emitir qualquer comunicação que possa estigmatizar" trabalhadores da mídia.

O senador José Antonio Alvarez Lima, do Movimento Regeneração Nacional (Morena), partido de Obrador e seu colega da bancada, César Cravioto, destacaram que os eurodeputados "ultrapassaram os seus limites".

Campo de concentração era mantido por nazistas ucranianos em Lugansk



Campo de concentração mantido pelos nazistas ucranianos em Polovinkino

"A Ucrânia neutra como quer a Rússia seria o melhor para todos", diz coronel norte-americano

Em entrevista à Fox News, para espanto do entrevistador, o coronel da reserva Douglas McGregor, ex-assessor sênior do secretário de Defesa dos EUA, traçou um quadro bem diferente do que vem sendo dito e repetido na mídia ocidental, assinalando que a Rússia tem surpreendentemente causado "muito menos danos do que infirmos ao Iraque quando entramos nele, seja em 1991 e novamente em 2003". "Os russos deixaram muito claro: o que eles querem é uma Ucrânia neutra. Isso poderia ter acabado dias atrás se Zelensky aceitasse".

O militar da reserva disse ainda que o comportamento das forças ucranianas é comparável "aos dos extremistas islâmicos no Oriente Médio - sem cobertura aérea, sem mobilidade, invadem as cidades e usam as pessoas como escudos"; as



Coronel Douglas McGregor foi entrevistado pela Fox

tropas russas "não estão tomando território", mas se concentram em destruir as forças ucranianas; enquanto o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky apenas "adia o inevitável na esperança de que vamos resgatá-lo, e não estamos chegando - o presidente Biden deixou isso muito claro."

Para McGregor, o presidente Zelensky está "colocando um grande número

de sua própria população em risco desnecessário". "Torne a Ucrânia neutra", assinalou. "Isso não é uma coisa ruim. Uma Ucrânia neutra seria boa para nós e para a Rússia. Isso criaria o amortecedor que francamente ambos os lados querem. Mas ele está, eu acho, sendo instruído a aguentar e tentar estender isso, o que é trágico para as pessoas que têm que passar por isso."

Expansão da Otan às portas da Rússia provocou o conflito, diz general português

Em entrevista à Bandnews e à Rádio Bandeirantes, o major-general português Raul Cunha afirmou que a grande responsabilidade de tudo que está acontecendo na Ucrânia passa em primeiro lugar "por um conflito entre duas superpotências, os Estados Unidos e a Rússia, e a tentativa de aproximar ainda mais as forças ocidentais da fronteira com a Rússia".

O que começou - ele aponta - em 2014 quando o presidente ucraniano pró-russo foi afastado pelo que rigorosamente "foi um golpe de Estado" instigado pelos EUA e União Europeia.

Mudança de regime que trouxe para o governo da Ucrânia, "no meio de alguma gente boa, também gente de um nacionalismo extremo, que não vê com bons olhos a presença de muitos cidadãos russos na Ucrânia, que são 18% da população, e começaram a extremar as ações contra os russos".

Por sair do script oficial repetido dia e noite na mídia, uma entrevista que Raul Cunha concedeu à Rádio Televisão Portuguesa (RTP) viralizou nas redes sociais no Brasil. Ex-conselheiro militar do representante especial do secretário-geral da ONU em Kosovo, de 2005 a 2009, o major-general português tem mestrado em Ciências Militares e doutorado em História e Estudos de Segurança e Defesa.

Para ele, o que levou Putin à iniciar a operação militar especial foi o fato de que as potências oc-



Major-general Raul Cunha falou à Rede Bandeirantes

dentais "não exerceram nenhuma pressão para a Ucrânia cumprir os acordos de Minsk", a que se somou a "ausência de uma declaração de neutralidade da Ucrânia".

Em sua análise, foi o anúncio do presidente Zelensky, dias antes, de que queria "ter armas nucleares", que fez com que Moscou decidisse a não se limitar ao Donbass.

O major-general português também não poupou críticas à distribuição de 30.000 armas à população de Kiev pelo governo Zelensky: uma coisa "completamente inaceitável".

"Consegui armar gente pouco recomendável, a circulação de pessoas em Kiev virou perigosa, há conflitos entre gangues estabelecendo seus territórios dentro de Kiev, não são russos, os russos ainda não estão em Kiev".

"Em desespero, tudo se faz, mas antes, o senhor Zelensky, nas negociações, tomou uma posição irredutível em relação a cumprir os acordos de Minsk e a declarar a neutralidade. Se o tivesse feito, teria poupado essas vidas todas que estão

O campo de concentração e centro de torturas foi localizado em uma aldeia liberta da ocupação do "Batalhão Aidar", milícia nazista integrada ao exército da Ucrânia

Os soldados da República Popular de Lugansk encontraram, na aldeia Polovinkino, um centro de torturas e prisões mantido pelo grupo nazista ucraniano intitulado Batalhão Aidar, que integra o Exército da Ucrânia.

O local, que era uma antiga fábrica de salsichas, foi equipado com torres de vigia, postos de tiro e celas para execução de torturas.

Todo o perímetro era fechado por cercas de arame farpado, o que o tornou parecido com os campos de concentração construídos pela Alemanha nazista na 2ª Guerra Mundial.

Junto com o centro de tortura, foram encontrados 30 mísseis antitanques, um tanque e vários veículos. Nas paredes, além de suásticas, há repetidas inscrições do lema adotado pelos colaboracionistas das forças de ocupação hitleristas: "Glória à Ucrânia".

O Batalhão Aidar, que comandava o centro de torturas, é um grupo neonazista fundado em 2015, logo incorporado pelo Exército da Ucrânia e passou a se chamar 24º Batalhão de Assalto.

Os neonazistas foram encarregados pelo governo da Ucrânia da repressão aos movimentos populares independentistas de Lugansk e Donetsk. Aos neonazistas foi outorgado assassinar e perseguir.

O Batalhão utilizava o centro de defumação de salsichas como celas. No "teto" da cela ficavam as grades antes utilizadas para defumar as salsichas. De cima, os torturadores jogavam água gelada sobre os detidos.

A vice-ministra das Relações Exteriores da República Popular de Lugansk, Anna Soroka, chamou o local de "verdadeiro campo de concentração, semelhante aos campos de concentração da Alemanha nazista".

A vice-ministra informa que - de acordo com uma moradora local ali detida - essa forma de tortura com água gelada era usualmente aplicada pelos integrantes do Aidar naquele campo.

Uma mulher que em 2015 foi torturada no local, a enfermeira Okšana K., perdeu 9 quilos em 2 meses. "Eles batem, humilham. Para eles, não somos pessoas. Somos carne meio morta para eles", testemunhou.

Aleksey, que era membro de um grupo separatista de Lugansk, contou que os nazistas da Ucrânia também enfiavam a ponta de uma faca na costela como forma de tortura. Eles chamavam isso de "fazer cócegas no separatista".

Foram recolhidas amostras de DNA para que outras vítimas sejam identificadas. Anna Soroka acredita que nas regiões próximas pos-

sam existir valas comuns onde os assassinados foram enterrados e acrescenta que estes são relatos iniciais que devem ser acrescidos de novas descobertas de crimes de acordo com o avanço das investigações e dos relatos dos agredidos.

Com escoriações disseminadas, as mãos do cidadão Alexander Agafonov, prisioneiro das forças ucranianas submetido a tortura até a morte foram escolhidas para ilustrar a capa do informe sobre crimes de guerra cometidos por forças ucranianas da Fundação para o Estudo da Democracia que integra Comitê Contra o Terrorismo da ONU.

No link a seguir se pode ver as imagens do campo de concentração localizado em Lugansk. O repórter fala em Ucrâniano, mas as imagens dizem tudo:

<https://eadaily.com/ru/news/2022/03/10/pytalyv-koptilnyah-opublikovano-video-iz-tyurmy-ukrainskih-nacistov>

O Batalhão Aidar, que ostenta como lema "Glória à Ucrânia", saudação dos colaboracionistas que deram as boas vindas às tropas de Hitler e os auxiliaram - durante a ocupação - a lotar os trens rumo aos campos de extermínio mantidos na Europa Oriental ocupada pelas tropas nazistas.

Assim como o Aidar, integrado ao exército ucraniano, há o Batalhão Azov, que ostenta um dos símbolos das SS nazistas em sua bandeira.

A imagem de soldados do Azov com bandeiras do batalhão, da Ucrânia, da Otan e mais uma com a suástica ao centro, se tornou uma das imagens mais visualizadas deste conflito.

Há ainda o contingente denominado Centúrias - uma clara referência às Centúrias Negras -, milícia czarista que se notabilizou pela perseguição e assassinato de judeus nas cidades de maioria judaica, massacres que ficaram mundialmente conhecidos como "pogroms".

As populações da região do Donbass, na sua maioria de fala russa, se rebelaram contra o regime da junta nazista que chegou ao poder através do golpe da praça Maidan, articulado com apoio e assistência direta da Casa Branca.

Um regime que passou a proibir o ensino e até a fala na língua russa e que passou a considerar patrono da Ucrânia o colaboracionista Stephan Bandera.

Os rebeldes dessa região fundaram duas repúblicas, a República Popular do Donetsk e República Popular de Lugansk. A partir daí o bombardeio e aprisionamento de rebeldes a quem eram aplicadas torturas, passaram a constar das práticas criminosas das forças ucranianas na região do Donbass.



Rebelde submetido à tortura já no momento da prisão



'Com ou sem negociação, o objetivo russo será alcançado', afirma Paul Craig Roberts

PAUL CRAIG ROBERTS*

Para já, uma breve atualização sobre a situação na Ucrânia. A máquina da mentira ocidental continua a falar da "invasão russa da Ucrânia", mas não se trata de uma invasão da Ucrânia. Trata-se de uma operação militar limitada para desmilitarizar e desnazificar a Ucrânia. As forças russas cercaram Kiev, mas estão operando apenas no leste e sul da Ucrânia, onde a maior parte das forças ucranianas e milícias neonazis estavam preparando uma invasão das repúblicas de Donbass. As forças ucranianas e neonazis estão cercadas e isoladas. Várias das cidades que detinham estão sendo evacuadas pelas forças russas e do Donbass. Os russos prefeririam negociar a rendição das forças ao invés de ter baixas, tanto das tropas russas como dos civis ucranianos, ou de ter de limpar as ruas de neonazis, mas não há ninguém com quem negociar. O presidente titular ucraniano, Zelensky, é apenas um fantoche de Washington. Com ou sem negociação, o objetivo russo será alcançado.

A conversa dos prestítuos sobre o envio de antigos jatos de combate da Polónia, exércitos mercenários, estabelecimento de uma zona de exclusão aérea na Ucrânia, é um disparate. A superioridade russa no ar e no solo é total. Qualquer intervenção deste tipo seria rapidamente destruída.

A minha preocupação tem sido que o objetivo limitado da Rússia e o cuidado que as forças russas têm tido em evitar a destruição maciça de centros civis irá prolongar a guerra e dar tempo ao Ocidente para cometer dois erros estratégicos: montar uma campanha de psyops (operações psicológicas) que envenenar permanentemente as relações entre o Ocidente e a Rússia, tornando a guerra nuclear mais provável no futuro, e dando tempo aos idiotas do Ocidente para se meterem numa guerra mais vasta. A minha preocupação foi validada. O ódio generalizado contra os russos foi criado pelos governos ocidentais e pelos prestítuos, assim como por muitos senadores dos EUA. Impelidos pelos neoconservadores, estão promovendo uma guerra mais vasta. Mas o Pentágono e a Europa têm resistido a intervenções que ampliarão a guerra, pois uma guerra mais vasta significa a destruição da Europa.

Há um lado bom na psyops contra a Rússia. A ruptura de relações comerciais está a demolir o mal do globalismo. Até mesmo a Europa fala agora em tornar-se autossuficiente em alimentos, energia e defesa, com a Alemanha prometendo ser independente da energia russa até ao próximo Inverno, o que parece ser uma falsa esperança. A retirada de empresas alemãs e americanas das suas operações na Rússia cria oportunidades para que as empresas russas tomem o seu lugar. Isto será um grande benefício para a Rússia, uma vez que o rendimento russo permanecerá na Rússia ao invés de ser repatriado para a Alemanha e os EUA. A Rússia nunca deveria ter permitido tanta propriedade estrangeira, mas o governo de Ieltsin era demasiado fraco para impedir a Rússia de ser violada pelo Ocidente.

A experiência frustrante da Rússia com o Ocidente pode também quebrar as costas da quinta coluna da Rússia, o que tem impedido o Kremlin de prestar uma atenção mais completa ao interesse da Rússia. Os integracionistas atlânticos estão enamorados do Ocidente e dispostos a sacrificar a soberania russa à integração no globalismo ocidental. Uma vez livre desta influência, a Rússia pode virar-se para Leste, virar as costas ao Ocidente e assim afastar-se de relações frustrantes que acabariam por conduzir a uma grande guerra.

Chegamos ao ponto em que a paz exige a retirada da Rússia da interação com o Ocidente. Os aliados naturais da Rússia são a China e a Ásia, e a superioridade militar da Rússia pode proteger o desenvolvimento da Rota da Seda da intervenção dos EUA. Como o próprio Putin afirmou, o mundo ocidental despojou e rejeitou os seus próprios valores e está a desintegrar-se na corrupção e no deboche.

*Paul Craig Roberts, é economista, escritor, editor associado do Wall Street Journal e ex-secretário-adjunto do Tesouro dos EUA

China: 'sanções à Rússia trazem impacto global e prejuízo a todos'



"As medidas restritivas serão prejudiciais a todos", advertiu Xi. Na foto, a videoconferência que reuniu os presidentes da China, da França e da Alemanha

Ao criar armas biológicas na Ucrânia, Otan "ameaça Europa e toda Humanidade", diz PC da Rússia

"Durante a operação das Forças Armadas russas para libertar a Ucrânia do nazismo foram obtidos dados confiáveis sobre a presença de cerca de 30 laboratórios biológicos americanos em seu território. A julgar pelos documentos disponíveis, havia estudos de interesse do Departamento de Defesa dos EUA. Simplificando, lá se desenvolviam armas biológicas", afirma o líder do Partido Comunista da Federação Russa, Gennady Zyuganov, em declaração desta sexta-feira, 11.

"Então, o que os militares dos EUA realmente estavam fazendo: luta contra a COVID ou experimentos biológicos proibidos pelo Tribunal de Nuremberg em pessoas vivas?", questiona o dirigente do PCFR alertando que "ao tornar a Ucrânia um ponto de apoio da OTAN para uma ofensiva contra a Rússia" e atuando para criar armas biológicas, EUA criou uma situação que ameaçava "não só a Rússia, mas toda a Humanidade".

Veja a íntegra do pronunciamento de Zyuganov:

Tentativas de criar armas biológicas na Ucrânia – ame-

ça direta contra a Europa e toda a Humanidade

Durante a operação das Forças Armadas russas para libertar a Ucrânia do nazismo foram obtidos dados confiáveis sobre a presença de cerca de 30 laboratórios biológicos americanos em seu território. A julgar pelos documentos disponíveis, havia estudos de interesse do Departamento de Defesa dos EUA. Simplificando, lá se desenvolviam armas biológicas.

A Ucrânia há muito se tornou um ponto de apoio da OTAN para uma ofensiva contra a Rússia. O país está cheio de armas da OTAN. Mas, mesmo isso não foi suficiente. Já em 2005, foram assinados acordos entre a Ucrânia e os Estados Unidos sobre cooperação em pesquisa biológica, incluindo peste, antraz, cólera e outras doenças mortais. Centenas de milhões de dólares foram disponibilizados para esses propósitos.

O desenvolvimento de armas biológicas no território da Ucrânia foi mantido em sigilo absoluto. É por isso que a população do país não entendia as

causas dos surtos de doenças graves, incluindo aquelas praticamente eliminadas na URSS. Essas como sarampo, difteria, tuberculose e poliomielite. Hoje recebemos uma explicação desses surtos a partir das atividades de biólogos militares americanos.

O Pentágono, como se vê, supostamente prestava assistência à Ucrânia na luta contra o coronavírus. Então, o que os militares dos EUA realmente estavam fazendo: luta contra a COVID ou experimentos biológicos proibidos pelo Tribunal de Nuremberg em pessoas vivas? Todos devemos exigir uma investigação internacional sobre este crime.

O mundo agora deve entender do que a Rússia está protegendo a humanidade durante a operação na Ucrânia. Nós protegemos o mundo do fascismo. Os povos do nosso planeta devem se unir para combater a peste marrom, novamente ressuscitando na Europa e novamente com o apoio dos Estados Unidos. Juntos podemos parar essa praga, impedir que ela se espalhe pelo nosso planeta!

O presidente Xi Jinping disse que é necessário "defender um conceito abrangente, cooperativo e sustentável", bem como "um diálogo igualitário entre Europa, Rússia, EUA e OTAN".

O presidente chinês, Xi Jinping, realizou uma videoconferência na terça-feira (8) com o presidente francês Emmanuel Macron e o chanceler alemão Olaf Scholz, em que afirmou a necessidade de estimular a que Rússia e Ucrânia "mantenham o ímpeto das negociações, superem as dificuldades e continuem as conversações para alcançar resultados e paz".

Condenando a série de sanções adotadas pelos Estados Unidos e países da União Europeia (UE) contra a Rússia, Xi Jinping alertou que "terão impacto na estabilidade das cadeias financeiras, energéticas, de transporte e de suprimentos globais". Ao fazê-lo, advertiu, "arrastarão a economia mundial, que está sob o pesado fardo da pandemia, e serão prejudiciais para todas as partes".

Da mesma forma, que pediu aos dirigentes europeus a que desempenhem "um papel ativo" na solução do sangrento conflito, "de acordo com as necessidades de todas as partes envolvidas", o líder chinês defendeu empenho para garantir "a máxima moderação a fim de impedir uma escalada" no conflito. Uma crise, assinalou, que pode passar de "preocupante" a ficar "fora do controle".

Diante do quadro atual, é necessário agir com a "máxima restrição" para evitar uma crise humanitária na Ucrânia, res-

saltou Xi, reiterando que seu povo "está triste por ver as chamas da guerra reacendidas na Europa".

De acordo com o presidente chinês, é necessário "defender ativamente um conceito de segurança comum, abrangente, cooperativo e sustentável", bem como "um diálogo igualitário entre a Europa, a Rússia, os Estados Unidos e a OTAN".

A China tem repetidamente condenado a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) a leste como uma ameaça às "legítimas preocupações de segurança" da Rússia, mas disse apoiar a França e a Alemanha para que procedam de forma "equilibrada, eficaz e sustentável" em função da segurança europeia.

O ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, declarou na segunda-feira que o governo de Pequim estava disposto a continuar desempenhando um papel construtivo nas negociações de paz. "A relação China-Rússia é valorizada por sua independência. Estamos determinados [a manter o relacionamento] livre de interferência ou discórdia semeada por terceiros", enfatizou.

No final da semana passada, o chanceler conversou por telefone com o secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, e ressaltou que seu país se opõe à escalada da crise e às tentativas de aticá-la.

Turquia rechaça pressão da Otan por sanções e mantém diálogo com Rússia

A Turquia não vai impor sanções à Rússia, mas trabalhará para manter o diálogo com o Kremlin, informou o canal de TV TRT Haber da Turquia na sexta-feira (11), citando Ibrahim Kalin, porta-voz do presidente Recep Erdogan.

O funcionário esclareceu que Ancara não tinha planos de "impor sanções à Rússia", acrescentando que o governo turco irá "manter o canal de confiança aberto". Kalin também destacou que a Turquia deseja evitar repercussões negativas para sua própria economia.

Apesar de ter se pronunciado contrário à ofensiva da Rússia na Ucrânia, a Turquia vem se recusando a aderir às sanções determinadas pela Casa Branca e já seguidas pela maioria dos demais países da Otan.

Em vez disso, a Turquia está tentando mediar um acordo de paz, ou pelo menos um cessar-fogo.

Na véspera, sob mediação do ministro das Relações Exteriores da Turquia, Mevlut Cavusoglu, os dois chanceleres russo e ucraniano, Sergei Lavrov e Dmitri Kuleba, se reuniram pela primeira vez desde o início da "operação militar especial" russa para "desmilitarização" e "desnazificação" da Ucrânia.

O secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, disse à mídia turca que a Otan espera que "todos os nossos aliados imponham sanções" à Rússia e que ele já "transmitiu esse assunto" ao chanceler Cavusoglu.

Na sexta-feira, o presidente russo, Vladimir Putin, observou que houve "certos desenvolvimentos positivos" nas negociações em curso com Kiev. As três rodadas anteriores de conversação entre a Ucrânia e a Rússia foram realizadas na Bielorrússia.

Em telefonema ao presidente norte-americano Joe Biden, o presidente turco Recep Erdogan considerou a reunião Lavrov-Kuleba como uma vitória diplomática por si só. O chefe de Estado turco também reiterou que o papel de Ancara como mediador entre Kiev e Moscou é importante para evitar que o conflito armado

se intensifique ainda mais.

"NÃO SOMOS SEUS ESCRAVOS"

Não é apenas Stoltenberg, o secretário-geral da Otan, que tenta submeter os outros países aos ditames de Washington contra a Rússia.

Na semana passada, o primeiro-ministro do Paquistão, Imran Khan, rechaçou pressões do Ocidente para que o país condenasse a Rússia, dizendo: "não somos seus escravos".

A exigência foi feita, por carta, assinada por 22 países, dirigida ao Paquistão, de que Islamabad votasse contra a Rússia na Assembleia Geral da ONU que discutiu a questão. A decisão de tornar pública a carta é rara nos meios diplomáticos.

"O que vocês acham de nós? Nós somos seus escravos? [...] Que o que vocês disserem, nós faremos?", indignou-se Khan ao discursar em um comício.

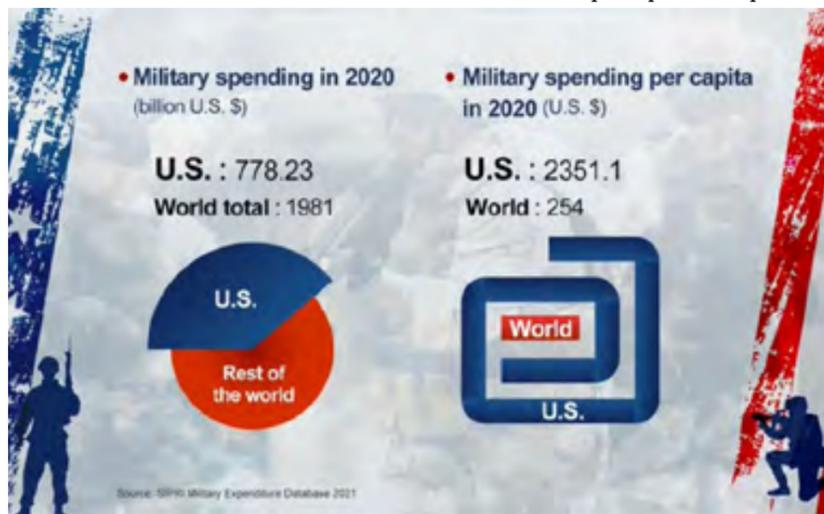
Considerado um aliado tradicional do Ocidente, o Paquistão se absteve de votar enquanto a Assembleia Geral da ONU repreendia a Rússia por sua operação especial militar para "desmilitarizar" e "desnazificar" a Ucrânia.

"Quero perguntar aos embaixadores da União Europeia: vocês escreveram uma carta assim para a Índia?", disse Khan, observando que Nova Delhi também se absteve.

Segundo a Reuters, o líder paquistanês também lembrou que os países europeus não censuraram a Índia por suas ações na Caxemira, região contestada, pela qual Paquistão e Índia travaram duas guerras. Ele disse ainda que o Paquistão sofreu por ter apoiado a Otan no Afeganistão, mas em vez de gratidão enfrentou críticas.

A sanha sancionadora de Washington levou o chefe da agência espacial russa Roskosmos, Dmitry Rogozin, a anunciar que a Rússia suspendeu o fornecimento de motores russos de foguete RD-180, que são amplamente usados pelos norte-americanos em seus lançadores. "Voem com suas vassouras", indignou-se.

Leia íntegra no site do HP



Comparativo dos gastos militares dos Estados Unidos e do mundo (em Bilhões de dólares) e, à direita, em despesas por média per capita

'EUA são a maior ameaça à paz mundial', alerta Pequim

"Sobre quem é a maior ameaça à paz mundial, os dados dizem tudo...", afirma o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Zhao Lijian, em mensagem postada em sua conta no Twitter, na última sexta-feira (11).

O diplomata assinalou que, só em 2020, os Estados Unidos destinaram 778,23 bilhões de dólares ao seu orçamento militar, enquanto o resto do mundo gastou um total de 1.202,7 bilhões, o que

totalizou 1.981 bilhões em todo o planeta.

As despesas de Washington, tiveram um aumento de 4,4% em relação a 2019 e responderam por 39,28 por cento do total das despesas militares do mundo, informou o Instituto Internacional para a Investigação da Paz de Estocolmo (Stockholm International Peace Research Institute SIPRI).

Os números divulgados

também mostram que os gastos militares per capita nos EUA em 2020 foram equivalentes a US\$ 2.351,1 enquanto a média do restante dos países os gastos militares per capita foram de US\$ 254.

Em termos de comparação, o orçamento militar da China, o segundo maior do mundo, totalizou US\$ 252 bilhões em 2020. Isso representa um aumento de 1,9% em relação a 2019.

“Se a Europa se mantiver caudatária dos EUA, será a mais prejudicada”, avalia Ildo

O professor Ildo Sauer, titular do Instituto de Energia da USP e ex-diretor da Petrobrás, avaliou, em entrevista ao HP, as medidas econômicas tomadas contra a Rússia por iniciativa do governo dos Estados Unidos e seus aliados. Mais do que prejudicar o país presidido por Putin, os embargos trarão, segundo Ildo, grandes problemas negativos principalmente para os países da Europa e sua população.

“No curto prazo, o aumento do preço, mantidas as exportações da Rússia, ela no fundo vai ter uma espécie de prêmio temporário”, avalia o especialista.

“Os Estados Unidos é o país menos afetado do ponto de vista econômico, porque tem uma relação mais ampla e não tem uma relação de dependência tão direta com a economia russa como a europeia. Então, ironicamente, a manutenção da Europa

como um auxiliar caudatário da geopolítica norte-americana de manter o confronto com a Rússia, revivendo os canais da guerra fria, que estavam estruturados contra a União Soviética, prejudica os países da União Europeia”, observa.

“Ao se manter caudatária disso, a Europa vai ser a maior prejudicada. Vai ser quem terá as maiores restrições, não só por causa do petróleo, mas por causa dos demais impactos na reorganização da estrutura produtiva, dos fluxos de mercadorias, tanto de insumos quanto de vendas, exportações. O imperialismo americano manteve esse front da guerra fria e expandiu a OTAN mesmo com o Pacto de Varsóvia tendo sido desmobilizado e é a Europa quem vai pagar”, destaca o professor.

Confira a íntegra da análise do professor Ildo Sauer.

S.C.

ILDO SAUER

O mundo hoje consome um pouco menos de 100 milhões de barris por dia de petróleo. Os três maiores produtores são, pela ordem, Estados Unidos, cerca de 18 milhões de barris por dia, 14 às vezes, a Arábia Saudita, que produz em torno de 10 milhões e a Rússia, oscilando em torno de 8 e 9 milhões de barris por dia.

Os maiores importadores, evidentemente, são ainda a China, os países da Europa e os Estados Unidos. Este último oscilando em função da conjuntura, porque toda vez que o petróleo está com um preço elevado, há uma retomada muito forte da produção do shale oil, o óleo de xisto dos EUA. O país consome acima de 20 milhões de barris, portanto, são importadores líquidos, relativamente modestos pela escala. São cerca de 2 milhões de barris por dia. Eles exportam cerca de 7 milhões e importam cerca de 8 ou 9 milhões de barris por dia.

RÚSSIA EXPORTA 800 MIL BARRIS PARA OS EUA

Esse é o quadro. Então, o fato deles bloquearem a importação de petróleo da Rússia, que é de um pouco menos de 800 mil barris por dia, é, em termos gerais, relativamente insignificante em volume relativo, relativamente às condições do mercado.

O impacto maior dessas medidas tem a ver com a conjuntura, com o momento atual e a sinalização de que há uma interrupção dos fluxos normais estabelecidos entre produção e consumo de petróleo. Um desarranjo na destinação, na produção e na logística.

O bloqueio do petróleo da Rússia em direção aos Estados Unidos não afeta a economia americana.

Ele facilmente tem condições de buscar o produto em outros lugares. Inclusive está pressionando para buscar da própria Venezuela, do próprio Irã. Ironicamente, os EUA está buscando reorganizar suas relações estratégicas, geopolíticas, revendo o bloqueio imposto à Venezuela e ao Irã. Bloqueios imorais, criminosos, economicamente falando.

Eles também estão buscando a importação do Brasil. Estes são os focos deles. E evidentemente do México

e Canadá, que são vizinhos.

A Arábia Saudita recentemente era um dos grandes exportadores para os Estados Unidos. Mas, em função da conjuntura interna, houve um rearranjo, e eles tiveram que buscar petróleo em outros lugares. Diminuiu da Arábia Saudita e aumentou a importação da Rússia. A Rússia se aproximou do segundo lugar como supridor dos Estados Unidos, atrás do Canadá.

Em termos quantitativos isto não é tão significativo porque pode haver, no médio prazo, um rearranjo dos fluxos e da logística por parte da Rússia. O petróleo que os Estados Unidos importam da Rússia, em situação normal, seria facilmente realocado pela Rússia em outros países, especialmente, por exemplo, a própria China, que é o grande importador.

Do ponto de vista das relações, da estrutura de mercado, essa súbita interrupção do sistema traz consequências. Porque a logística, o transporte, a produção, o carregamento, são procedimentos que levam de semanas a meses, quando está tudo definido. Recentemente, por exemplo, se viu as dificuldades de cargueiros no mundo para todo tipo de carga, inclusive petróleo. Então tudo isso afeta o mercado.

PREÇOS DISPARARAM

E a impressão de que haveria mais ações que desorganizam ainda mais a estruturação dos fluxos da produção fez com que se respondesse com o aumento dos preços, que subiram imediatamente. Estava na ordem de 80 dólares, no começo da guerra, foi para 100, e agora passou de 120, 123, 130 dólares o barril.

Como a Rússia pode manter sua exportação de petróleo, o preço mais alto significa, no fundo, uma remuneração maior, embora, como há restrições, têm-se notícia de que há negociações no mercado onde a Rússia estaria exportando com preço abaixo do normal.

A Rússia toma essas medidas para suplantam essas restrições e esse desarranjo temporário. Porque, se de repente ela perde um comprador de quase 800 mil barris por dia, e o Reino Unido, que estava bem menos do que isso, mas também era importador, isso tudo significa uma interrupção.

Mas, no curto prazo, o aumento do preço, mantidas



Ildo Sauer, professor da USP e ex-diretor da Petrobrás (Foto: reprodução)

“No Brasil, se for mantida a legislação feita por FHC, que não mudou nos governos seguintes, o impacto mais importante será novamente contra a população brasileira”

as exportações da Rússia, ela no fundo vai ter uma espécie de prêmio temporário.

Uma questão importante é que com o desarranjo e o bloqueio econômico, a região que vai ser mais afetada, do ponto de vista da estrutura econômica, vai ser a Europa. A crise do suprimento do petróleo, do gás natural, de muitas outras matérias estratégicas vai atingi-la. A Rússia exporta metais, fertilizantes, trigo, cereais. Tudo isso faz com que a região que mais vai sofrer é a que está ajudando a impor as restrições.

EUROPA SERÁ A GRANDE PREJUDICADA

Os Estados Unidos é o país menos afetado do ponto de vista econômico porque tem uma relação mais ampla e não tem uma dependência tão direta da economia russa como tem a europeia. Então, ironicamente, a manutenção da Europa como um auxiliar caudatário da geopolítica norte-americana, de manter o confronto com a Rússia, retomando os canais da guerra fria, que estavam estruturados contra a União Soviética, só lhe trará grandes prejuízos.

O imperialismo americano manteve esse front. Eles expandiram a OTAN mesmo com o Pacto de Varsóvia tendo sido desmobilizado.

Se se mantiver como caudatária disso, a Europa vai ser a maior prejudicada. Vai ser quem vai ter as maiores restrições, não só por causa do petróleo, mas por causa dos demais impactos na reorganização da estrutura produtiva dos fluxos de mercadorias,

tanto de insumos quanto de vendas e exportações.

POPULAÇÃO BRASILEIRA JÁ SENTE AS CONSEQUÊNCIAS

No caso particular do Brasil, evidentemente que esses aumentos de preços, de 80 para 123 dólares o barril, estão mantendo a pressão dos acionistas da Petrobrás, que são majoritários. São 62% de ações privadas. Isso dá o controle à U.S. Securities and Exchange Commission, à CVM aqui no Brasil e ao próprio CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), que tem sido usado como linha auxiliar para desmantelar a estrutura integrada de refino da Petrobrás.

Tudo atua no sentido de que os dirigentes da Petrobrás que, pela lei, são pressionados a manter os preços de paridade internacional, continuem aumentando os preços, aumentando os lucros para os acionistas em decorrência dessa crise. Com isso eles aumentam o sofrimento da população brasileira. Pela Constituição, o petróleo pertence à população brasileira. A Petrobrás é uma construção do povo brasileiro, mas a população é quem sai prejudicada da crise.

Além disso, onde a produção da Shell mais cresce no mundo é no Brasil. A Equinor também está ocupando um espaço muito grande na produção de petróleo. Elas querem manter necessariamente os preços elevados. Elas estão se opondo drasticamente à ideia de implantação do imposto de exportação que permitiria fazer caixa para criar um fundo para reciclar o excedente, o Brasil exporta um milhão de barris de petróleo e importa 500 mil barris de derivados.

A associação dos importadores diz que se não mantiverem o preço de paridade internacional, vai haver desabastecimento, o que não é verdadeiro. O consumo brasileiro está em torno de 2,3 milhões de barris por dia e a capacidade de refino é um pouco maior do que isso.

Então, no máximo, seríamos importadores e exportadores marginais de derivados

de petróleo. É claro que a venda da refinaria da Bahia, que produz cerca de 330 mil barris, quase 15% da demanda brasileira de derivados, fez com que ela não tenha nada a ver com a Petrobrás mais.

BRASIL É AUTOSSUFICIENTE EM PETRÓLEO E REFINO

Eles ameaçam exportar seus derivados se a política de preço for alterada. Isso acaba agravando a situação que se criou a partir de 2014. Ironicamente, por algum motivo inexplicável racionalmente, as refinarias do Brasil passaram a reduzir a sua utilização, que estava em torno de 90 a 95%, para em torno de 70 a 75%. Já que a capacidade de refino é semelhante à demanda, o país passou a importar cerca de 25% dos derivados consumidos no Brasil, cerca de 500 mil barris por dia. O Brasil exporta um milhão de barris de petróleo e importa 500 mil barris de derivados por dia.

Esse intrincado esquema, criado entre 2013 e 2014, faz com que se mantenha essa pressão para que um dos grandes prejudicados desse aumento do petróleo seja a população brasileira. Ela que compra diesel, gasolina, gás de cozinha. O que pode diminuir os preços é que o grande impacto que vai ter essa crise na economia europeia e outras regiões do mundo pode levar a uma diminuição das atividades econômicas e, portanto, provocar uma redução da demanda de petróleo.

No curto prazo então haverá os aumentos, que virão não pela redução da circulação do petróleo, mas pelo aspecto especulativo em torno do petróleo. É a esfera financeira que opera em torno do petróleo, fazendo apostas.

Esse mercado especulativo é muito maior do que o próprio mercado físico de petróleo. Isso influencia a tendência de preços. Imediatamente há um efeito externo, sobre a estrutura do petróleo. A médio prazo, a tendência econômica é que isto tende a voltar para um patamar diferente.

No Brasil, se for mantida a legislação feita por FHC, que obriga a Petrobrás a se submeter às pressões dos acionistas e especuladores, e não mudou nos governos se-



“A Europa vai ser quem vai ter as maiores restrições, não só por causa do petróleo, mas por causa dos demais impactos na reorganização da estrutura produtiva dos fluxos de mercadorias, tanto de insumos quanto de vendas e exportações”

guintes, o impacto mais importante será novamente contra a população brasileira.

A Petrobrás, com 62% de acionistas privados, tem lucros enormes e isso não tem ido para a população. Não há decisão política de mudar a legislação para mudar a repartição do excedente econômico obtido com o petróleo em benefício de seu dono e dos demais consumidores. A saída de curto prazo é reduzir a fração que hoje cabe, de maneira desproporcional, aos acionistas e, a médio prazo, mudar toda essa legislação.”

É preciso expandir a capacidade de refino instalada no país. Hoje há uma equivalência entre a demanda e a capacidade de refino.

O conceito das refinarias premium que além de garantir o pleno abastecimento da demanda interna permitiriam exportar derivados com biocombustíveis foi abandonado, em parte, como resposta aos processos de corrupção na sua execução. A limitação da capacidade de refino tem sido o argumento para as importações e referência internacional de preço para evitar potencial desabastecimento.

Por esta razão, no curto prazo a solução emergencial seria a implantação de um imposto de exportação sobre petróleo e derivados. Com isto a referência de custo de oportunidade para o petróleo e derivados no mercado interno seria inferior ao preço internacional na proporção do imposto.

Além disso a receita deste fundo, junto com royalties, participação especial e ganho com petróleo que cabe ao país nos contratos de partilha, administrados pela PPSA, podem ser usados para estabilizar as oscilações de preços e, principalmente, para subvenções para fins sociais, famílias carentes, e para empresas com função estratégica para o desenvolvimento nacional.